

## SUPLEMENTO XIII CONGRESSO PS

MOÇÕES GLOBAIS, DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROGRAMA, PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS ENTRADAS NA COC

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva  
Internet [www.partido-socialista.pt/accao](http://www.partido-socialista.pt/accao) E-mail [accao.socialista@partido-socialista.pt](mailto:accao.socialista@partido-socialista.pt)

# CANDIDATO A PRIMEIRO-MINISTRO



Ferro Rodrigues mostrou-se um homem determinado a chegar a primeiro-ministro em 2006. Mas está pronto para chefiar um Governo a qualquer momento. A solidez política que demonstrou na apresentação da sua moção ao Congresso encontra paralelo no rigor do conhecimento técnico da sua formação e experiência. Por isso, é muito claro quando diz que a obsessão pelo défice é um perigo para a economia real. Do ponto de vista interno também sabe muito bem o que pretende para o partido. Quer um PS renovado, rejuvenescido nos métodos de trabalho e de funcionamento. A sua moção aponta os caminhos do futuro do PS e de um Governo socialista.

► Página 5

## ANTÓNIO COSTA DENUNCIA

# MINISTRA DA JUSTIÇA MENTIU AO PARLAMENTO

► Página 6

## JORNADAS PARLAMENTARES CONJUNTAS NOS AÇORES

# SOCIALISTAS APONTARAM CAMINHOS PARA O FUTURO DA UNIÃO EUROPEIA

► Páginas 14 e 15

## PENSAR PORTUGAL

Dois rostos protagonizam os principais documentos ao XIII Congresso do PS. Ferro Rodrigues e Henrique Neto apresentaram esta semana as respectivas visões sobre o Partido, a sociedade e o Governo do País.

O PS, por vontade expressa do seu secretário-geral, vai discutir tudo. As escolhas estão em aberto e as propostas para debate entradas na COC estão disponíveis nesta edição do "Acção Socialista". Bom congresso, camaradas.



# A SEMANA REVISTA

Ferro Rodrigues apresentou no sábado, em Ponta Delgada, a sua moção global e propostas de projecto de estatutos e declaração de princípios que levará ao próximo Congresso de Novembro.

Henrique Neto é o primeiro subscritor de uma moção de orientação global ao XIII Congresso do partido que apresentou terça-feira em conferência de Imprensa na sede do Largo do Rato.

Realizaram-se durante o fim-de-semana, nos Açores, as Jornadas Parlamentares conjuntas dos deputados socialistas à Assembleia da República, às Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira e ao Parlamento Europeu.

No âmbito da divulgação da sua moção ao Congresso, "Fazer bem pelo futuro", o secretário-geral do PS esteve em Barcelos onde apresentou aos socialistas as suas propostas.

O Secretariado da Comissão Política Concelhia de Lisboa promoveu ao longo da semana um conjunto de reuniões com os militantes das secções da capital para debater a situação política municipal, assim como as propostas relacionadas com o próximo Congresso Nacional.

O PS/Sintra realizou na terça-feira passada mais um debate do Ciclo de Debates denominado "O PS/Sintra ConVida". Este encontro decorre no âmbito da preparação do Congresso e contou com a participação de Augusto Santos Silva e Manuel Alegre.

Decorreu nas instalações do Parlamento Europeu, em Bruxelas, uma apresentação da Fundação Mário Soares. Nesta iniciativa participaram o comissário europeu António Vitorino, o ex-presidente do parlamento Europeu Enrique Baron Crespo e o eurodeputado Mário Soares, que fizeram a caracterização da fundação.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## À DEFESA

ANTOONIO COLAÇO

- ESTOU AQUI, PAULO! AGORA VIRA-TE PARA MIM E FALA!
- NÃO VIRO, NÃO SENHOR!
- FALA, HOMEM!!!
- NÃO FALO, NÃO FALO E NÃO FALO!



**Manuela Ferreira Leite numa majestática arrogância proclama em plena comissão parlamentar: "Ou é fogo ou é bomba". Fogo não é certamente e a bomba não explode assim. Fomos ler nos jornais e ficámos a saber que numa só noite de contas, mudando os critérios, se baixou o défice. Milagre. Faltam 200 milhões de euros na Justiça; vou já pedir uma auditoria, anuncia lesta Celeste Cardona. Haja decoro, senhora!**

Tivera eu uma bola de cristal para ver uma luz que fosse no túnel do Governo. Mas não tenho. E não há luz.

A economia afunda-se, os impostos sobem, a receita diminui, a despesa aumenta, os trabalhadores nas ruas, numa histórica mobilização, tocam a reunir. Enquanto a greve geral fermenta, Paulo Portas assobia para o ar e vai a Viana do Castelo encomendar dois barcos, o primeiro-ministro aplaude, muito bem, e siga a Marinha. Porventura, contra o general Alvarenga Sousa Santos, que de alta voz tornou pública a paralisia das Forças Armadas devido à fragilidade política do ministro da Defesa.

Manuela Ferreira Leite, numa majestática arrogância, proclama em plena comissão parlamentar: "Ou é fogo ou é bomba". Fogo não é certamente e a bomba não explode assim. Fomos ler nos jornais e ficámos a saber que numa só noite de contas, mudando os critérios, se baixou o défice. Milagre!

Faltam 200 milhões de euros na Justiça; vou já pedir uma auditoria, anuncia lesta Celeste Cardona. Haja decoro, senhora!

O sentido de Estado perdeu-se completamente e o País entrou numa deriva paranóica de um Governo que faz oposição ao anterior Governo.

O pior são as contradições entre ministros. Porque não se entendem Isaltino Morais e Valente de Oliveira? A resposta reside na incoerência de um programa de quem nunca esperou chegar ao Governo nas condições e nas circunstâncias em que isso aconteceu.

Valeu tudo. Todas as mentiras foram contadas e o povo de boa-fé acreditou. A direita que nos governa é a mais ziguezagueante, a mais trapalhona e mais mentirosa de que há memória. E agora também a mais desavergonhada. A tentativa de descredibilização e, quiçá mesmo, de

EDITORIAL

# DERIVA PARANÓICA

destruição do PS com este ataque pessoal a Ferro Rodrigues a propósito das obras do Metro no Terreiro do Paço em Lisboa, merece o mais vivo repúdio de todos os socialistas. Não temos medo e de imediato os deputados do PS se prontificaram a dar todas as explicações no Parlamento, gesto que Paulo Portas nunca teve.

Mas há sinais no horizonte europeu de que não há mal que sempre dure. O fim das coligações populistas de direita na Áustria e agora também na Holanda, a par das vitórias dos socialistas na Suécia e na Alemanha, dão-nos o alento para continuar a defender um projecto de justiça, solidariedade e liberdade que é o nosso. Contra aqueles que anunciavam uma vaga da direita, a resposta popular tem sido a negação desta tese.

Em Portugal, bem humilhante seria a derrota da aliança PSD-PP se o País fosse agora a votos. Mas sendo o tempo incerto em política nunca se sabe quando há eleições.



SILVINO GOMES DA SILVA

*Silvino Gomes da Silva*

## DECLARAÇÃO DO PS SOBRE AS OBRAS DO METRO DO TERREIRO DO PAÇO



Os partidos da coligação acabam de anunciar que proporão um inquérito parlamentar às medidas tomadas na sequência do acidente de 9 de Junho de 2000 nas obras da estação de Metro do Terreiro do Paço. É manifesto que esta iniciativa se vem somar a operações similares feitas esta semana, numa lógica de contra-informação tendente a sugerir que as faltas de transparência e irregularidades de que o Governo PSD/PP vem dando mostras seriam afinal comuns a outras forças políticas. É uma via perigosa, reveladora de falta de ética e também de nervosismo político.

No caso concreto, o PS declara solenemente que não teme qualquer inquérito e exige mesmo que a sua realização seja concluída com a máxima urgência.

Na verdade:

- O acidente de 9 de Junho foi exaustivamente investigado e os danos apurados. Os resultados do inquérito conduziram a Administração do Metro a optar pela via negocial e não por uma estratégia de litigação susceptível de não assegurar a defesa atempada do interesse público;
- A opção pela via negocial, nas concretas condições em que ocorreu visou a defesa mais eficaz do interesse público e salvaguardou preocupações essenciais, a que o PSD e o PP agora aludem, de maneira deformadora;
- O solução adoptada foi amplamente divulgada e nunca foi criticada pelo PSD e pelo PP, que agora revelam uma surpresa artificial sobre factos há muito conhecidos.

O PS condena a tentativa de inventar falsos mistérios, que quaisquer que sejam os expedientes, não colherá. Que tudo seja esclarecido. Ao contrário do Ministro Paulo Portas, os deputados do PS não fogem à discussão no Parlamento.

Direcção do GP/PS  
16.OUT.02

"PENSAR PORTUGAL"

# HENRIQUE NETO APRESENTA MOÇÃO GLOBAL

**Henrique Neto, primeiro subscritor de uma moção global ao XIII Congresso do PS, alternativa à de Ferro Rodrigues, afirmou na sessão de apresentação do seu documento que "não pretende afrontar ninguém e, menos de todos, o secretário-geral, legitimamente eleito pelos socialistas", sublinhando que a sua moção pretende, essencialmente, dar um contributo para "pensar Portugal, salvar o País e falar a verdade aos portugueses", numa altura em que "o PS e a nossa democracia se encontram numa encruzilhada difícil".**



"Esta é uma moção que pretende cobrir a generalidade dos desafios que o nosso país enfrenta neste início do século XXI e constituir uma base programática para uma esquerda moderna, capaz de atrair a inteligência e o coração das mulheres e dos homens de diversos quadrantes políticos, que se revejam na tradição humanista e libertadora do socialismo", refere a moção "Pensar Portugal", que, desde logo, faz a "defesa intransigente de um Partido Socialista de esquerda, laico e republicano; livre e fraterno; plural e moderno". Quanto à acção política do PS, o documento considera que ela se deve centrar "principalmente no terço da sociedade portuguesa que vive na pobreza, na ignorância e na marginalidade".

"Por razões sociais, certamente, mas também porque acreditamos que sem a participação efectiva deste terço dos nossos concidadãos, na tarefa essencial de desenvolver uma economia e uma sociedade do conhecimento, Portugal não poderá aspirar a fazer parte dos países europeus mais desenvolvidos e mais prósperos", explicou Henrique Neto, acrescentando que "o maior problema de Portugal não é o terço dos portugueses mais remediados ou mais ricos, mas o terço dos pobres".

E defendeu que "é para estes que deve ir a atenção imediata do Estado, principalmente através do ensino pré-escolar, com horários alargados, alimentação e transporte todos os dias, à porta de casa ou da barraca".

"Pensar Portugal", esclareceu, "pretende desafiar a inteligência e o coração dos socialistas, mas também de todos os portugueses, com propostas para fazer de Portugal um país moderno e feliz. Propostas para a mudança do modelo económico, na direcção de uma economia do conhecimento, o que passa por investir em Portugal e não no Brasil, pela atracção do investimento

estrangeiro para o sector produtivo e não para a especulação imobiliária, pela reforma global do sistema fiscal e não pela compreensão com quem pode e deve pagar impostos e não os paga".

Para Henrique Neto, "a indisciplina generalizada que deixámos instalar em Portugal, em que todos têm direitos e ninguém tem deveres, não é de esquerda", acrescentando que "é sob a capa dessa indisciplina, que se abrigam aqueles que enriquecem sem trabalho e sem investimento, enquanto todos os sofrem os efeitos do resvalar crescente do nosso país para práticas menos claras e para situações que parecem próprias

dos países do terceiro mundo".

"Aonde nos leva esta onda de futebol, de especulação imobiliária, de empresas faz de conta, de corporações de interesses, de populismo?", perguntou.

Verdadeiras ou falsas, Henrique Neto defendeu que "as causas desta realidade têm de ser combatidas, desejavelmente pelas instituições democráticas, da mesma forma que pelo exemplo e pela acção pedagógica da classe política, na linha da nossa tradição de ética republicana".

Mas também, se necessário, adiantou, "através de meios de investigação próprios criados para o efeito. O que não podemos aceitar é a

impunidade, o desleixo e a decadência dos valores de probidade e de respeitabilidade próprios dos regimes democráticos".

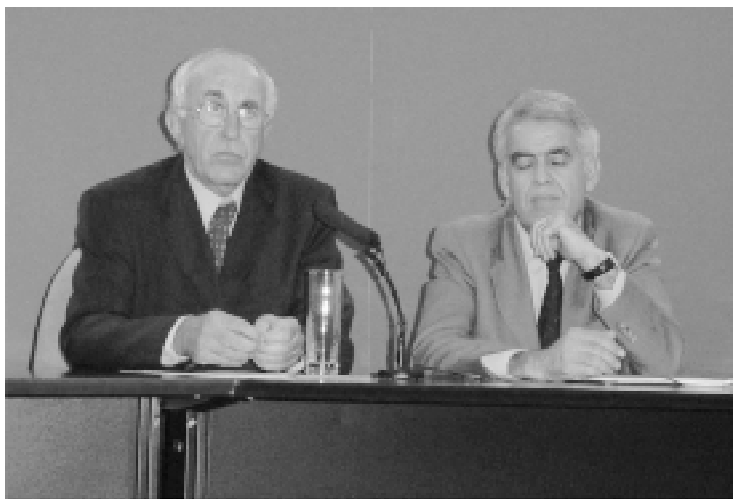
## Utopia é um valor de esquerda

Henrique Neto sublinhou ainda que a sua moção "propõe uma nova visão do mundo para a esquerda, em que os mais desfavorecidos não são apenas os que estão mais próximos, mas todos os pobres do mundo".

É neste contexto, que o documento avança com uma a proposta de "uma taxa de solidariedade com os pobres de todo o mundo, de um por cento sobre todas as transacções comerciais dos países desenvolvidos, para um fundo a ser gerido pelas Nações Unidas e destinado ao desenvolvimento de programas nas áreas da educação e da saúde dos países pobres, além de promover, em paralelo, a independência financeira da ONU, um factor da sua dependência política".

Em resumo, disse, "esperamos que encontrem nesta moção um esforço sério e competente para avaliar as nossas dificuldades como povo, mas também com propostas concretas, que desejamos os socialistas e os portugueses possam avaliar livremente", acrescentando que se nestas propostas forem detectados "um pouco de radicalismo e alguma utopia, é porque a vida nos convenceu de que a demagogia e o pragmatismo dos interesses não é o nosso estilo e não é, certamente, a solução para os problemas de Portugal e dos portugueses".

Além disso, sublinhou, "a utopia é um valor de esquerda e falar verdade aos portugueses é para nós uma questão estratégica, com um valor político muito próprio". J. C. CASTELO BRANCO





**Ferro Rodrigues mostrou-se um homem determinado a chegar a primeiro-ministro em 2006. Mas está pronto para chefiar um Governo a qualquer momento. A solidez política que demonstrou na apresentação da sua moção ao Congresso encontra paralelo no rigor do conhecimento técnico da sua formação e experiência.**

**Por isso, é muito claro quando diz que a obsessão pelo défice é um perigo para a economia real. Do ponto de vista interno também sabe muito bem o que pretende para o partido.**

**Quer um PS renovado, rejuvenescido nos métodos de trabalho e de funcionamento. A sua moção aponta os caminhos do futuro do PS e de um Governo socialista, cuja preparação de programa já começou efectivamente.**

**Exortando à militância da plateia que o ouvia no auditório completamente à pinha dos CTT de Ponta Delgada, onde apresentou as ideias-chave das suas propostas para o Congresso, o líder socialista afirmou: "Conto com vocês, porque pode-se perder sozinho, mas ninguém ganha sozinho". Para Ferro Rodrigues, o tempo é o de assumir o combate democrático e preparar o PS para a vitória.**

Em nome da solidariedade do PS com o Governo de Carlos César "que está mudar os Açores para melhor", e com o compromisso de não permitir que haja "qualquer discriminação negativa" para esta região, Ferro Rodrigues escolheu a capital açoriana para simbolicamente proceder ao lançamento da sua moção de orientação global, projecto de declaração de princípios e proposta de alteração de estatutos ao XIII Congresso do Partido Socialista.

Antes de apresentar as suas propostas genericamente designadas "Fazer bem pelo futuro", o recandidato a secretário-geral recordou que o próximo Congresso de Novembro parte de um compromisso pessoal que assumiu aquando da sua eleição em Janeiro, no sentido de tudo discutir. O objectivo foi e é o de "modernizar o PS, abri-lo à sociedade e prepará-lo para o ciclo político que se iniciou nas legislativas passadas", disse. Por isso, nos próximos dois anos o PS tem de estar preparado para duas batalhas fundamentais: as eleições regionais e as europeias. Em matéria de União Europeia, o secretário-geral do PS referiu que o partido tem um programa alternativo e completamente diferente das outras forças partidárias. A este propósito, Ferro Rodrigues mostrou-se expectante sobre "qual vai ser a síntese entre PSD e PP que têm ideias diferentes". Referindo que o PS se apresentará sozinho às eleições para o Parlamento Europeu, com os seus candidatos e o seu programa, o líder socialista

defendeu uma "União Europeia que funcione como uma voz forte que bloqueie as tentações unilaterais militares e económicas", ao mesmo tempo que estabelecia a diferença do projecto socialista como sendo "muito mais pró-europeu do que os das forças políticas à nossa esquerda e à nossa direita".

Relativamente às regionais, o objectivo maior consiste na permanência dos socialistas no Governo dos Açores. Este foi, aliás, o primeiro sinal do forte empenho de Ferro Rodrigues nessa vitória para o PS.

Sublinhando que os socialistas devem estar sempre preparados para governar sem que isso signifique "que não defendamos a estabilidade governativa", matéria que aliás "parece preocupar muito mais o PS do que o PSD", Ferro Rodrigues adiantou que "não podemos nunca entrar numa lógica de promessas fáceis, de demagogia e populismo. Deixamo-las para aqueles que estão agora no Governo. O PS continuará a falar verdade aos portugueses".

#### Governo da contra-reforma

Tendo dedicado grande parte da sua intervenção nas críticas ao Governo, o líder socialista fez um balanço absolutamente negativo destes seis meses. "Muita gente que deu a vitória ao PSD está hoje arrependida e sente-se enganada", afirmou, para em seguida sublinhar que nunca pensou que "ao fim de seis meses estivesse tudo

#### "FAZER BEM PELO FUTURO"

# CANDIDATO A PRIMEIRO-MINISTRO

tão à vista como está". "Se Durão Barroso tivesse dito nos debates que teve comigo aquilo que ia fazer, teria sofrido uma enorme derrota eleitoral", frisou Ferro Rodrigues que condenou o "total desrespeito pelas promessas eleitorais que só desprestigia a política e os políticos". Peremptório, acusou o Governo de fazer "das ameaças uma prática comum", de ziguezaguear, de desrespeitar os valores da ética, da legalidade e até da constitucionalidade dos direitos adquiridos, como é o caso evidente das aposentações na função pública onde revela "um total desprezo pela lei e incapacidade de lidar com as pessoas". Para o líder do PS, "o Governo tem desprezado as questões da economia. Em nome da paixão pelo défice, há um total desrespeito pela economia real".

Classificando o Executivo de "Governo da contra-reforma ao nível social", Ferro afirmou que "está de volta a lógica da caridadezinha que nós não aceitamos, assim como também não aceitamos as mudanças que estão a tentar introduzir na Lei de Bases da Segurança Social onde a preocupação é a penetração dos agentes privados na área". Apelidando o novo Código Laboral de "autêntica contra-reforma", o secretário-geral do PS não tem dúvidas de que é toda a tradição europeia do Direito do Trabalho que está em causa. Sublinhando que o PS não confunde "responsabilidade com conformismo", afirmou não ser aceitável "a suprema lata de dizer que o PS é um partido terrorista na oposição".

Segundo Ferro Rodrigues, há uma tentativa de esmagar o PS "utilizando de forma demagógica o relatório do Banco de Portugal". Desmontando esta argumentação, afirmou que é "absolutamente falso o que andam a dizer sobre o despesismo do PS", e recordou as alterações metodológicas no cálculo do défice que, aliás, não pode "ser erigido como a única questão do passado". Orgulhoso pelos resultados alcançados no período de 1995 a 2001 durante o qual Portugal conheceu altos crescimentos nos salários reais, em que o desemprego baixou e em que passámos a ser um país de imigração e em que houve uma política virada para as pessoas, Ferro Rodrigues não vai permitir "que nos esmaguem". "Não deixaremos que eles nos impeçam de falar sobre o orçamento deles e sobre as políticas deles. Não temos complexos de fazer na oposição os entendimentos que sirvam o País e que não ponham em causa os nossos valores".

#### Sem tabus

Sobre próximo Congresso, o secretário-geral considerou que a próxima reunião magna do PS "deve interligar-se e servir as batalhas eleitorais que vão ter lugar depois de 2004". A este propósito o PS, no entender do secretário-geral, deve trabalhar na actualização do programa de Governo, de forma aberta, em ordem a aprová-lo no Congresso de 2004. Processo que vai

conduzir pessoalmente porque é sua intenção ser candidato a primeiro-ministro em 2006. "Em todas as circunstâncias, mais fáceis ou mais difíceis, nas imediatas e nas de mais longo prazo, serei candidato a primeiro-ministro e não quero que fique nenhum tabu sobre isso", declarou Ferro Rodrigues, afastando assim claramente outros cenários do seu horizonte político.

Em relação ao seu projecto de Declaração de Princípios, começou por evocar os novos tempos e as diferenças que hoje se verificam em muitos aspectos sociais. A queda do Muro de Berlim é um marco e a globalização uma realidade onde a esquerda deve ter um papel essencial. No entender de Ferro Rodrigues a preocupação com o ambiente tem de ser uma constante e à livre iniciativa não pode corresponder uma sociedade de mercado. Defensor do aprofundamento da democracia, são as causas que movem os socialistas: "Não podemos trocar o pragmatismo pelas causas", disse.

Paladino de um "partido mais aberto e mais eficaz", o secretário-geral do PS quer que a "lógica dos Estados Gerais seja permanente". Por isso, avança na sua moção com a criação de fóruns políticos - os Fóruns Socialistas por Novas Políticas já tiveram aliás uma primeira iniciativa no âmbito do emprego - a par da abertura de secções temáticas e de cibersecções. Propõe, por outro lado, um novo modelo de organização que proporcione objectivas condições de rejuvenescimento do partido através da limitação de mandatos, da recusa da acumulação de cargos executivos e da redução dos membros das estruturas executivas: "Dizem-me que isso quer dizer que vão ter de sair 30 pessoas. Eu respondo que vão ter de sair mais, sob pena de não haver renovação", afirmou Ferro Rodrigues.

Numa análise sintética, até porque os documentos são publicados em separata nesta edição do "AS", verifica-se que, no que se refere ao estatutos, Ferro Rodrigues propõe a limitação de mandatos, o fim da acumulação de cargos executivos regionais e nacionais, a redução do número de membros dos órgãos nacionais, a atribuição de mais poderes à Comissão Política e ao secretário-geral, a abertura do partido a simpatizantes sem direito a voto, a criação de secções temáticas e cibersecções e novas regras na designação de candidatos; no que toca à declaração de princípios destaca-se a defesa do Estado de Bem-Estar, a qualidade dos serviços públicos e a defesa da economia de mercado regulada e justa; a moção de orientação global diz não a coligações pré-eleitorais, traça o objectivo da manutenção da presidência do Governo açoriano a par do crescimento eleitoral na Madeira, propõe a criação dos Fóruns Socialista por Novas Políticas tendo em vista a preparação de um novo programa de Governo, defende a realização de um novo referendo sobre o aborto e estabelece muito claramente que o secretário-geral do PS é candidato a primeiro-ministro nas próximas legislativas.

ANTÓNIO COSTA DENUNCIA

# MINISTRA DA JUSTIÇA MENTIU AO PARLAMENTO

Celeste Cardona mentiu. A afirmação é de António Costa, ex-ministro da Justiça socialista, garantindo que, enquanto tutelou a pasta, preservou 40 milhões de contos de saldo positivo provenientes dos cofres dos registos e dos tribunais.

Costa falava em conferência de Imprensa, após a sua "popular" sucessora, o ter acusado na terça-feira, no Parlamento, de ter desviado cerca de 40 milhões de contos para despesas correntes, montante que deveria ter sido afecto ao Fundo de Garantia da Justiça.

Perante os deputados, Cardona anunciou ter já pedido à Inspeção Geral de Finanças uma auditoria sobre este caso.

Ontem, o presidente da bancada do PS respondeu às acusações, mostrando dados do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial do Ministério da Justiça e manifestando a sua disponibilidade para comparecer com carácter de urgência perante a Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais.

Segundo Costa, o saldo positivo das receitas geradas pelos cofres dos registos e dos tribunais foi de cerca de 57 milhões de contos no final de 2001 – verba posteriormente inscrita no Orçamento de Estado de 2002.



Em Janeiro passado, desses 57 milhões de contos, António Costa mobilizou cerca de 17 milhões "para o financiamento geral de todo o sistema do Ministério da Justiça".

Quanto aos restantes 40 milhões de contos, o líder do GP/PS disse ter sido destinado ao capital inicial para a constituição do Fundo de Garantia do Ministério da Justiça, adiantando que permaneceram intactos até ao final de Abril. António Costa lembrou que o Fundo de Garantia do Ministério da Justiça teve a sua constituição aprovada a 17 de Janeiro passado, por decisão do Conselho de Ministros.

"Não me compete explicar a razão por que Celeste Cardona não utilizou a verba de 40 milhões de contos para constituir o fundo, mas o País ficou a saber que esses 40 milhões de contos agora já não existem", observou.

Assim, "quem tem de explicar o paradeiro dos 40 milhões de contos de saldo positivo é a actual ministra da Justiça".

"Não posso admitir que um membro do Governo minta em relação à forma como actuou o seu antecessor", frisou o líder parlamentar socialista, após garantir que nunca teve "a mínima intenção de gastar os 40 milhões de contos em despesas correntes ou de capital".

ECONOMIA

# SOARES HORRORIZADO COM PRIVATIZAÇÕES

Mário Soares vê "com horror" a nova vaga de privatizações na economia portuguesa, aludindo ao fim do controlo estatal em sectores importantíssimos como a saúde, as águas e as auto-estradas.

O ex-Presidente da República falava, terça-feira, no Parlamento, numa reunião Comissão Eventual para a reforma do sistema político, que se prolongou por três horas.

Recordando que sempre foi contra "a estatização da economia", Soares mostrou-se preocupado, porém, com "a alienação de todos os atributos do Estado".

"Caso se entre numa política cega de privatizações, qualquer dia não há capital português e os grupos económicos estrangeiros tomam conta dos nossos sectores estratégicos", advertiu.

Mário Soares criticou ainda a dualidade de atitudes subjacente a alguns dos empresários nacionais ao frisar que "muitos dos que andam a reclamar uma menor presença do Estado na economia são depois os primeiros a estender a mão ao Estado para pedir dinheiro".

Ainda durante a reunião da comissão parlamentar, o eurodeputado socialista apontou para a necessidade de os políticos



serem exemplares e transparentes nas suas funções.

Mário Soares começou por defender a urgência de uma "concertação política a favor de uma verdadeira pedagogia democrática", visando prestigiar as instituições e os partidos.

"Isso faz-se pela prática, pelo comportamento,

pelo exemplo, pela contenção verbal, pela transparência e pela coerência no exercício da actividade política", disse Soares, num referência geral a todos os políticos.

Na sua intervenção, o ex-Presidente criticou ainda a dança de cadeiras nos altos cargos da administração pública sempre que se verifica uma mudança no poder político.

"É preciso garantir um alto profissionalismo nos principais cargos da administração pública", disse, acrescentando que "mudar os directores gerais sempre que mudam os governos não se passa em nenhum país desenvolvido".

## Reformar sistema político agora seria imprudente

Mário Soares desaconselhou, entretanto, uma reforma do sistema político a curto prazo, mostrando-se favorável, em contrapartida, o aumento dos vencimentos dos titulares de cargos políticos.

O eurodeputado do PS argumentou que a reforma do sistema político poderá "prejudicar" mudanças estruturais em áreas como a justiça ou a saúde e salientou que o actual sistema eleitoral "tem funcionado bem" desde 1975.

"Seria imprudente e desadequado estarmos agora a fazer uma reforma, quando o sistema político da União Europeia poderá ser alterado de forma significativa já no final de 2003", declarou o ex-chefe de Estado, apontando ainda para uma "incerteza" que se vive a nível internacional.

Também no plano nacional, Soares considerou perigoso fazer agora uma reforma do sistema político "em tempo de vacas magras e com tensões sociais", afirmando-se, contudo, contra um Senado – porque "Portugal é um Estado unitário – e a favor da abertura aos privados do sistema de financiamentos dos partidos, "desde que haja transparência, com a obrigatoriedade dos recibos e a existência de auditorias às contas" de cada força política.

Por outro lado, Mário Soares considerou muito baixos os salários dos titulares dos cargos políticos, sobretudo, em comparação com os grandes dirigentes dos canais de televisão públicos ou privados.

Em relação a outros pontos em discussão na reforma do sistema político, o ex-presidente discorda da redução do número de deputados e das quotas femininas.

OE 2003

# DESINVESTIMENTO NA QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS E CONFUSÃO NAS OBRAS PÚBLICAS

**O Grupo Parlamentar do PS analisou o Orçamento de Estado para 2003 nas áreas da educação, ciência e cultura e das obras públicas, tendo concluído que há um forte desinvestimento nestes sectores, com graves consequências, respectivamente, na qualificação das pessoas e no emprego e competitividade da nossa economia.**

O PS considera que o Orçamento de Estado para 2003 revela "um claro desinvestimento nas áreas da educação, da ciência e da cultura", sublinhando que "não serve ao País uma proposta que ataca o fundamento mais seguro do desenvolvimento nacional: a qualificação das pessoas".

Em conferência de Imprensa na AR, Joel Hasse Ferreira, que se encontrava acompanhado pelos seus colegas da bancada socialista Ana Benavente e Augusto Santos Silva, afirmou que "esta evidente menorização da qualificação dos portugueses significa um retrocesso face ao esforço nacional dos últimos anos e mina os alicerces de um desenvolvimento sustentado na valorização das pessoas".

"Nos próprios termos da proposta de lei, as reduções nominais são de seis por cento no Ministério da Cultura, de 3,3 por cento no Ministério da Ciência e do Ensino Superior e de 1,1 por cento no Ministério da Educação", referiu Joel Hasse Ferreira, acrescentando que "ressalvado o Ministério dos Negócios Estrangeiros, estes são os Ministérios mais penalizados na afectação dos recursos orçamentais".

Portanto, adianta o deputado do PS, "o Governo não só faz diminuir os meios financeiros para a área da qualificação das pessoas, como a trata como o parente pobre do investimento público". Assim, segundo o PS, "o tão criticado atraso educativo e científico português, que urge ultrapassar através de políticas continuadas, vê-se assim relegado para as últimas prioridades deste Governo", uma opção que "terá graves custos para o nosso país".

O orçamento proposto, a ser aprovado, significará, alerta o PS, "a paralisação de muitos projectos em curso e implicará, certamente, perturbações profundas no conhecimento das estruturas e serviços básicos que é obrigação do Estado garantir".

Infelizmente, adiantou Joel Hasse Ferreira, "as reuniões da Comissão Parlamentar com os ministros responsáveis pelos diferentes sectores, que decorreram entre 8 e 15 de Outubro, não dissiparam quaisquer dúvidas. Pelo contrário: agravaram as nossas preocupações". Ao contrário do que foi a prática dos governos anteriores, explicou, "não foi disponibilizado, na cultura e na ciência e ensino superior, o Orçamento por acções", tendo os membros do



Governo feito quase "o elogio do desinvestimento".

## Programa "Ciência Viva" em perigo

Entretanto, o PS repudiou energicamente "qualquer tentativa de pôr em causa o programa 'Ciência Viva'", considerando que "um governo que, por acção ou omissão, fizesse perigar a sua continuidade revelar-se-ia contrário ao desenvolvimento da educação e da cultura científica".

Numa nota à Imprensa divulgada na passada terça-feira, o coordenador do Grupo Parlamentar do PS para a área da Ciência, Augusto Santos Silva, refere que a dotação do Orçamento da Ciência para o programa "Ciência Viva" "baixa radicalmente, face aos valores de 2002, pondo em perigo aspectos essenciais do programa", no âmbito de um processo de quebra do investimento público.

Ainda mais graves do que isso, na opinião de Augusto Santos Silva, "são as próprias

declarações públicas do ministro da Ciência e do Ensino Superior, na reunião com a VII Comissão parlamentar, atacando violenta e injustificadamente o programa".

Segundo sublinhou o deputado do PS, "o programa 'Ciência Viva' é uma iniciativa notável, construída laboriosamente ao longo de vários anos, envolvendo milhares de professores, alunos e cientistas, estimulando o contacto regular entre as escolas e as instituições científicas", considerando ainda que este é "o mais conseguido esforço de divulgação e educação científica dirigida à população, com especial atenção aos jovens e estudantes".

## Confusão nas obras públicas

Também o orçamento para as obras públicas foi alvo de análise do Grupo Parlamentar do PS, que denunciou a "confusão" existente neste sector. Em conferência de Imprensa, José Junqueiro, que se encontrava acompanhado por Joel Hasse Ferreira e Miguel Coelho, referiu que "o sector

das obras públicas traduz a ausência de opções claras, promove a indecisão, evidencia a descoordenação", factos que no OE para 2003, sublinhou, "podem explicar um desinvestimento cujas consequências mais imediatas são o crescimento do desemprego e a diminuição da competitividade".

Segundo o PS, há "confusão por ausência de opções claras", no que respeita às SCUT's, à Ota e ao TGV, onde o Governo "deu o dito por não dito".

O PS denunciou também a "confusão por indecisão" onde "projectos estruturantes estão prisioneiros de opções pouco claras" como, por exemplo, o IP5, a SCUT da Costa de Prata, a TAP e a anunciada "rápida concretização da CRIL". O terceiro elemento que preocupa o PS é a "confusão por descoordenação", em que o exemplo do TGV é paradigmático, com um PSD "profundamente dividido". Assim, "o PSD/Porto discorda do traçado e o PSD/Vila Nova de Gaia discorda do próprio TGV. Enquanto ministros, deputados, autarcas e o próprio partido não se entendem o Governo manda fazer mais um estudo 'para acertar as agulhas internas'".

José Junqueiro referiu ainda que no Orçamento para 2003 há um "desinvestimento em confusão", sendo falso que o OE cresça para as obras públicas. O deputado do PS adianta que na rodovia a diminuição média é de 17 por cento, na habitação é de 20 por cento e nos portos a diminuição é de 17 por cento. "considerando a cativação de 15 por cento o resultado final é dramático", afirma.

"À confusão gerada pela ausência de opções claras, de capacidade de decisão e de coordenação soma-se esta proposta de Orçamento, também ela confusa e redutora", considera o PS, acrescentando que "o aumento do desemprego e a diminuição da competitividade são realidades inevitáveis, assinadas por este Orçamento e por este Governo".

J. C. CASTELO BRANCO



# CONTRIBUTOS PARA UMA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS



**VÍTOR RAMALHO**

Os princípios que norteiam a orientação colectiva e individual de todos aqueles que aderiram ou venham a aderir ao Partido Socialista têm por base a presente declaração. De entre os requisitos exigíveis para a filiação partidária, constará a afirmação, pelo candidato a militante, assumida sob compromisso de honra, de que conhece a declaração de princípios, que se obriga a cumprir e a fazer cumprir, a qual lhe será entregue com a ficha de inscrição, e com ela os documentos organizativos essenciais, nomeadamente os Estatutos do Partido.

Todo o militante, pelo facto de o ser, assume o dever-direito de honrar e contribuir pela sua conduta para prestigiar o Partido Socialista, entendendo a filiação como uma responsabilidade acrescida, que assume como cidadão e perante os seus concidadãos, com orgulho de pertencer a um partido livre, de homens livres, que luta por uma sociedade mais justa, solidária e fraterna, em que as regras da organização e nomeadamente a disciplina partidária são um instrumento interno de articulação, que suporta a transparência e a frontalidade de procedimentos do colectivo, com visibilidade externa, inclusive, perante a sociedade em geral, com vista também ao conhecimento por parte desta das regras de funcionamento e da própria organização do partido.

O debate das ideias, na diversidade de posições, é o pressuposto da unidade de pensamento, em que se baseia a unidade da acção do partido.

No PS o militante, face à adesão voluntária, não sofre, enquanto cidadão, limitações de agir e actuar na sociedade, a qualquer nível, invocando essa mesma qualidade, tendo presente os princípios que por honra aceitou cumprir, salvo nos casos em que, na articulação dos deveres e dos direitos recíprocos, de cidadão e de militante, as regras democráticas e estatutárias assentes, sobreponham o dever de militância ao de cidadania, pela evidente natureza dos objectivos do partido enquanto tal.

O PS e com ele os militantes individualmente considerados revêem-se na memória do partido, alicerçada na luta em prol da liberdade e na democracia, que implicou e implica salvaguarda da dignidade do homem, assentes na construção e consolidação de um regime democrático pluripartidário e enraizada numa concepção universalista e tolerante, em prol de uma coesão solidária, social e económica, que de forma activa fomenta a efectiva igualdade de oportunidades, num projecto que privilegia uma estratégia de futuro.

Para o PS a democracia não se restringe ao princípio de que a cada cidadão corresponde um voto, entendendo-a como a expressão permanente ao direito de participação e de defesa da dignidade dos cidadãos, numa moldura adequada à realidade concreta, que se reconhece ser variável de país para país. A defesa do enquadramento constitucional desse direito de participação, por parte do PS, será sempre adequada a essa realidade que é dinâmica, e não estática, na salvaguarda do equilíbrio de poderes e superador das tensões que pulsam na sociedade, com a efectiva tutela do exercício dos direitos fundamentais.

O PS ao reconhecer que em democracia o poder é

**A liberdade é interpretada pelo PS não como um direito concedido, mas como uma obrigação natural que se assume, ínsita à responsabilidade dos cidadãos de corpo inteiro, cuja defesa, frontalmente defende em todas as circunstâncias.**

partilhado, reconhece que a origem de todo o poder reside na vontade popular, relevando nessa partilha a importância do poder autárquico, e assume-se como um partido republicano e laico, com uma posição activa no aprofundamento da igualdade de oportunidades, combate toda a sorte de discriminações em função das opções religiosas, políticas, partidárias, sexuais, ou em razão da raça. A concepção universalista e tolerante do PS beneficia, por outro lado, dos ideais do socialismo democrático, e com elas da luta dos povos, na concretização desse ideal, actuando nesse plano com participação e vivência também activas na defesa dos princípios, no quadro da Internacional Socialista e nas relações com partidos congéneres.

Representando qualquer partido uma parte e não a totalidade da nação, o PS, sem prejuízo da sua identidade, e do seu ideário, age com os demais partidos, bem como com as forças representativas da sociedade, na busca de consensos que alavancem a salvaguarda e o aprofundamento de desígnios nacionais que a todos se impõem prosseguir quando comuns, com preocupações estratégicas.

A liberdade é interpretada pelo PS não como um direito concedido, mas como uma obrigação natural que se assume, ínsita à responsabilidade dos cidadãos de corpo inteiro, cuja defesa, frontalmente defende em todas as circunstâncias.

Em consequência o PS estimula no seu interior a militância que, pautando-se pela defesa dos princípios, em espírito de servir e, valorizando a militância pelo exemplo dos valores que se defendem, seja a base da própria valorização electiva, a todos os níveis.

Na etapa evolutiva da humanidade, o PS considera que o processo da globalização, ao evidenciar que o planeta Terra, o único conhecido para nele o ser humano viver é cada vez mais um só, é hoje um facto indelmentável, mas que anarrastará crescentemente consequências contraditórias, políticas, económicas e sócias a todos os níveis.

O PS não está contra essa marcha da globalização, mas está nela contra tudo o que afecte a dignidade humana e concorra para agravar as desigualdades entre povos e países.

Considera assim que a economia é um mero instrumento da política e não um fim em si, privilegiando essa componente política, na análise dos fenómenos globais e na defesa de causas que façam avançar solidariamente a humanidade, numa perspectiva ética contribuindo para combater a pobreza, as desigualdades, a preservação do ambiente, o tráfico das drogas e do armamento, o branqueamento de capitais, e as demais causas que flagelam a humanidade e o ser humano enquanto tal, pugnando por um desenvolvimento de dignidade e sustentável.

O PS, que defende a causa da paz no mundo, como factor determinante para o desenvolvimento, na lógica de sustentabilidade e da qualidade de vida, interpreta que uma das raízes prevaletentes da guerra está nas desigualdades entre os povos e países, pelo que o combate mais geral contra essas desigualdades é também um dever de cidadania, que a todos se impõe.

A harmonização entre a identidade nacional e a globalização está ainda para o PS na defesa da essência da especificidade cultural portuguesa, que se reconhece ser forjada num encontro secular de culturas entre povos de todos os continentes, na concepção económica adequada à realidade envolvente, e na visão própria perante a UE, face à diáspora, à lusofonia e aos países lusófonos, cujo aprofundamento é neste particular prioritário.

No plano da concepção económica, o PS, ao privilegiar o mercado, rejeita em absoluto uma concepção teleológica dela, entendendo e assumindo claramente que o Estado, que se deseja eficaz e desburocratizado, organizado com espírito de servir, e com ele os seus agentes, tem um papel insubstituível como regulador. Face à realidade económica concreta portuguesa, essa função reguladora absorve a dinamização da efectiva ponderação e concretização de defesa de sectores económicos estratégicos, como elementos adicionais de sustentação da própria soberania no plano externo, essenciais para a arquitectura de relações de privilegiamento de parcerias com impulso próprio. A coesão económica e a coesão social, estimuladas pelo reforço da competitividade, com inovação e qualidade, e avaliação dos agentes económicos, são preocupações permanentes na acção e nela dos trabalhadores em geral e dos que trabalham por conta de outrem em particular, inclusive na velhice, com sistema público de protecção, que não apenas no desemprego. A pertença à UE e o seu aprofundamento, correm para o PS de par com o referido aprofundamento de lusofonia e com ela de fala comum, mais-valia que aproveita a todos e a cada um dos povos e países, como componentes de um todo fraterno, de povos irmãos.

Daí a importância que o PS dá à cultura e à educação, adequadamente articuladas pelo respeito aos valores, e à nossa História, ao orgulho nela, centradas na formação futura dos jovens e tendo essa preocupação como componente de uma visão global, apetrechadora das futuras actividades profissionais, a que os jovens se dedicarão.

Neste plano, a CPLP é também um instrumento que o PS privilegia nas relações multilaterais com esses povos e países de fala comum, lutando paralelamente por um sistema multilateral da segurança e na reestruturação das Nações Unidas.

Nesta harmonização entre a identidade nacional e a globalização, o PS sustenta acrescidamente a igualdade entre os povos e países, e a reciprocidade efectiva de tratamento.

Interpretando que a identidade nacional tem de ser permanentemente aprofundada, o PS alicerça esse aprofundamento, sem prejuízo da concepção universalista e tolerante que tem, no reforço da superação das assimetrias regionais, objectivo tanto mais relevante quanto é certo que ele é suporte da coesão e da afirmação económica, face à posição periférica que o país tem.

Ao colocar no topo da pirâmide objectivos políticos e estratégicos, ao qual os demais instrumentos de acção se adequam, o PS assume-se também como uma organização de cidadãos, que nela encontram um espaço de reforço dessa cidadania, em íntima conexão com a sociedade, com relações transparentes, pelo que o militante, pelo facto de o ser assume maiores responsabilidades, perante os seus concidadãos, esteja onde estiver e quaisquer que sejam os lugares que ocupe.



DEBATE MENSAL

# DURÃO É REFÉM DE PORTAS

O Governo está a conduzir Portugal para uma recessão económica. No primeiro debate mensal da Assembleia da República após o Verão, o líder do Partido Socialista responsabilizou o primeiro-ministro por "uma eventual crise a médio prazo". "Este é um péssimo Orçamento que faz mal à economia portuguesa", afirmou Ferro Rodrigues, na passada quinta-feira.

A reforçar esta ideia veio Elisa Ferreira, deputada do PS, que acusou o Executivo de Durão Barroso de preparar um aumento da despesa de "5,4 por cento" e de prosseguir uma política orçamental que acabará por conduzir o País à recessão, comprometendo por essa via o objectivo da redução do défice.

"É importante para a população portuguesa saber se os senhores utilizam o défice para esconder a ausência de políticas", disse, acrescentando que mesmo com "a maior especialista nacional em corte de despesa", a esta continua acima da média, procedendo-se a cortes no investimento e não nos gastos.

Por outro lado, frisou, "o PIDDAC desce 28 por cento e não há estratégia de estímulo às exportações".

Acresce, segundo Elisa Ferreira, que com o Orçamento de Estado (OE) para 2003 proposto pelo Executivo de direita cai, pela primeira vez em sete anos, o investimento na educação.

A ex-governante voltou, mais tarde, a acusar o Governo de "estar a fazer o papel de inocente" no contexto da União Europeia - pedindo ao Banco de Portugal para apurar o valor do défice - uma atitude que, recordou, "não foi seguida por nenhum outro parceiro europeu".

Durão Barroso, lívido, não deu explicações,



optando pelo ataque a Elisa Ferreira, que acusou ainda o actual Governo de ser responsável pelos números do défice ao ter mudado os critérios metodológicos de apuramento.

Também o líder parlamentar do PS, António Costa, acusou o Executivo de operação política no défice. Na recta final do debate, que durou três horas, Costa citou o relatório do Banco de Portugal para explicar a subida do défice com a diminuição das receitas e acusou o Governo de, com a adopção de novos critérios contabilísticos para definição do défice, o ter subir um ponto percentual.

"Fizeram uma operação política para diabolizar o PS", denunciou o presidente do GP/PS, para

quem "a actual ministra das Finanças é responsável pelo défice recorde das finanças portuguesas".

## Atrás do "biombo"

O tema que o primeiro-ministro levou ao debate motivou pouco interesse por parte dos partidos da oposição. O líder do PS, Ferro Rodrigues, questionou o governante sobre a forma de implementar o ensino obrigatório de 12 anos, mas ficou sem resposta.

O secretário-geral do PS acusou o chefe do Executivo de se esconder por detrás do "biombo"

da educação, numa referência às medidas anunciadas no início do debate, para evitar explicações sobre o envolvimento de Paulo Portas no caso Moderna.

Para Ferro, Durão Barroso está "refém de Portas", pela maneira como reagiu ao envolvimento do ministro da Defesa na polémica que envolve a Universidade Moderna.

O secretário-geral do PS recordou o discurso do Presidente da República nas cerimónias do 5 de Outubro, que lembrou o dever dos eleitos prestigiarem a instituição parlamentar, em alusão à recusa de Paulo Portas em explicar-se na Assembleia da República.

Durão Barroso demonstrou "uma visão de curto prazo" na gestão política do envolvimento do seu ministro no caso Moderna

"Quando nós pedimos explicações no Parlamento, deu cobertura a uma espécie de *show* televisivo e pactuou com manifestações populistas", disse o secretário-geral socialista, salientando que "quem deu um contributo para a estabilidade política foram os socialistas".

"Cumprimos o nosso dever em todas as fases deste processo. O senhor não cumpriu o seu dever e será de sua única responsabilidade uma eventual crise a médio prazo", advertiu.

Ferro Rodrigues fez questão de lembrar Durão Barroso de que Portugal precisa de um "governo com credibilidade", e que, "em relação à credibilidade, o primeiro-ministro geriu de forma errada e numa perspectiva apenas de curto prazo" o envolvimento de Paulo Portas no caso Moderna, concluindo que Durão se esqueceu de que foi o PSD que ganhou as eleições e "está totalmente na mão" do CDS/PP.

MARY RODRIGUES



## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

# ALTERAÇÃO DE ESTATUTO DE APOSENTAÇÃO É INCONSTITUCIONAL

O Governo de Durão Barroso cometeu uma inconstitucionalidade ao alterar o estatuto de aposentação dos funcionários público sem ter negociado previamente com os sindicatos do sector. A acusação foi feita pelo deputado socialista Artur Penedos, na Comissão Parlamentar dos Assuntos Sociais, que reuniu na passada terça-feira e contou com a presença da secretária de Estado da Administração Pública, Susana Toscano.

Penedos chamou a atenção da governante para "o clima de inquietação e insegurança" que se vive na Administração Pública desde que se soube das novas regras para a aposentação para os trabalhadores com menos de 60 anos e afirmou que o Executivo não podia alterar esta matéria sem antes a ter discutido com os sindicatos, porque ela integra os direitos da negociação colectiva. Recorde-se que o Governo, na proposta de Lei do Orçamento do Estado (OE) para 2003, revogou um diploma que dava aos funcionários públicos a possibilidade de se reformarem assim que completassem 36 anos de serviço, independentemente da idade.

A possibilidade mantém-se, mas com uma penalização: o trabalhador que se queira aposentar antecipadamente perde 4,5 por cento do vencimento por cada ano abaixo dos 60 de idade.

Na óptica socialista, esta iniciativa põe em causa as expectativas e os direitos adquiridos dos funcionários públicos em geral, prejudicando ainda os ex-combatentes, que há pouco mais de seis meses viram aprovada a lei que enquadrou a contagem de tempo de serviço prestada na guerra colonial para efeitos de aposentação.

M.R.

MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

# PETIÇÕES "ON-LINE"

Os socialistas dão mais um passo na modernização das instituições e apresentam ao Parlamento um projecto de lei que visa para o aperfeiçoamento do regime jurídico das petições mediante o uso da Internet como meio de simplificação da entrega e fiscalização mais eficaz por parte dos cidadãos signatários sobre a sua tramitação e desfecho.

Revisto no início da década de 90, este regime jurídico em vigor no nosso país não fecha as portas a modalidades de entrega electrónica de petições num período em que, no mundo das comunicações, a Net confirma a sua popularização.

A porta assim entreaberta nunca chegou a abrir-se plenamente, mesmo quando a legislação portuguesa passou a consagrar a possibilidade de assinaturas digitais.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) entregou, a semana passada, à mesa da Assembleia da República um projecto de lei que visa a institucionalização da referida prática.

"Vêm circulando pela Internet diversas petições tendentes a mobilizar a opinião pública para causas que os signatários reputam relevantes, mas as mesmas têm vivido e esgotado a sua existência sem entrega formal que vincule os órgãos de soberania a adoptar as medidas de

apreciação e deliberação que a lei impõe para as petições entregues segundo modalidades tradicionais", constata os deputados socialistas na exposição de motivos do projecto. Considerando que "o virar de costas para essa realidade" contribui para "o divórcio entre o funcionamento das instituições e a dinâmica opinativa manifestada pela sociedade", a bancada do PS entende que "nada justifica que a situação actual se prolongue por mais tempo". "Estão hoje reunidas condições para instituir modalidades seguras e eficazes de entrega electrónica", garantem, apontando para a exemplaridade de experiências realizadas noutros países, como a Escócia, e no próprio Parlamento Europeu.

Para os socialistas, "importa explorar esta senda também entre nós, avaliando passo a passo os resultados alcançados com vista ao eventual aperfeiçoamento de procedimentos". "Importa, em segundo lugar, assegurar que, através do uso criterioso das novas tecnologias de informação e comunicação, a tramitação das petições possa ser monitorizada eficazmente no interior das instituições e devidamente acompanhada, via *World Wide Web*, pelos cidadãos, sem dificuldades nem peias burocráticas", frisa o GP/PS.

Recordando que a Assembleia da República



dispõe já na sua intranet de um sistema (denominado "PLC"), cujo desenvolvimento e correcção pode ajudar a dar resposta às necessidades de gestão criteriosa da informação sobre as petições remetidas ao Parlamento - permitindo saber instantaneamente quantas são e em que estado

de exame se encontram as petições em causa - , os deputados socialistas consideram que "um tal serviço será útil, responsabilizador dos relatores e demais intervenientes no processo e uma preciosa fonte de informação para os peticionários e outros interessados".

MARY RODRIGUES



## DESBUROCRATIZAÇÃO

### PS DEFENDE TELETRABALHO

O Grupo Parlamentar do PS defende a dinamização do teletrabalho dos deputados e propõe que o "Diário da Assembleia da República" passe a ser editado exclusivamente em formato electrónico.

Numa iniciativa que visa acelerar a mudança organizativa e tecnológica no Parlamento, procura-se ainda uma poupança adicional de recursos, a

agilização de processos, a desburocratização e maximização dos instrumentos da era digital ao serviço da democracia.

O projecto de deliberação que deputados socialistas entregaram, a semana passada, no hemiciclo de São Bento, aponta para a necessidade de aplicar o teletrabalho na Assembleia da República já no início de 2003.

Assim, o projecto pretende "criar melhores condições para que os deputados desempenhem as suas funções, acedendo a partir do exterior à sua caixa de correio".

Ao mesmo tempo, preconiza-se a possibilidade dos parlamentares "acederem à rede informática do Parlamento a partir do hemiciclo, de forma a que possam conhecer em tempo real os documentos em debate e as propostas em votação".

Recorde-se que uma recorrente razão de queixa de muitos deputados, sobretudo os que não fazem parte das direcções das bancadas, é a de não terem possibilidade de saber ao certo tudo aquilo que está a ser votado.

O diploma pretende igualmente incentivar os parlamentares, partidos e Governo a progressivamente eliminarem a entrega de documentos em suporte de papel, substituindo-os por documentos de circulação electrónica, estimulando ainda "a criação de páginas pessoais de cada deputado" na Internet.

Quanto ao uso do papel, o diploma lembra, por exemplo, que este ano o Parlamento vai pagar 685 mil euros com a edição do "Diário da Assembleia da República", e quer ver criada a regra segundo a qual todas as iniciativas devem ser entregues com uma versão electrónica.

"O objectivo deve ser, a prazo, eliminar a entrega de documentos em suporte de papel", reza o texto, dizendo respeito aos deputados e grupos parlamentares, mas também ao Governo.

M.R.

## LÓBIS NA DEFESA

### A IRRESPONSABILIDADE DE PORTAS



O PS considera de "grande gravidade" que Paulo Portas tenha mostrado desprezo pelo papel da Assembleia da República numa polémica que ele próprio iniciou ao divulgar publicamente que foi sujeito a pressões de lóbis e interesses instalados no sector que tutela.

O deputado socialista Marques Júnior considerou que "as declarações do ministro da Defesa lançaram as maiores dúvidas e deram origem às mais variadas especulações que afectam a sua credibilidade e a do próprio Governo, fragilizando o Estado de Direito".

Segundo o parlamentar do PS, "quando um membro do Executivo sente necessidade de, publicamente, invocar as pressões, necessariamente ilegítimas, de lóbis e de

representantes de interesses é porque se atingiu um tal nível de gravidade que está para além da capacidade própria de lhe fazer frente e então a Assembleia da República não lhes pode ficar indiferente". Recusando-se a aceitar que as afirmações de Portas fossem "excessos de linguagem sem mais consequências", Marques Júnior afirmou que o governante, ao lançar perante a opinião pública "tal grito de alarme", não podia esperar que se fizesse silêncio à sua volta.

"É grande a responsabilidade do ministro da Defesa, mas não é menor a da Assembleia da República na fiscalização da actividade governativa", frisou, questionando Portas sobre a identidade dos referidos *lobbies*, os condicionamentos que estes colocaram à sua acção enquanto ministro e sobre as medidas que tomou para fazer cessar a sua actividade.

Para Marques Júnior, "quando o ministro da Defesa tem tão grandes responsabilidades no âmbito da Lei de Programação Militar (LPM) é desejável que se elimine a suspeição, que a partir das suas declarações, foi lançada sobre todos os actores que intervêm, duma ou doutra forma no reequipamento das Forças Armadas, a começar por quem tem capacidade de decisão".

Assim, prosseguiu, "o congelamento deste reequipamento desde que assumiu a pasta da Defesa, que contrasta com as suas declarações a propósito da aprovação da LPM, é um facto incompreensível, mas querer vir justificar com os lóbis a manutenção desta situação é irresponsável".

M.R.

MANUEL DOS SANTOS AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

# PACTO DE ESTABILIDADE INIBE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

A aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) está a constituir um inibidor da recuperação económica na Europa, disse em entrevista ao "Acção Socialista" o eurodeputado Manuel dos Santos, membro da Comissão dos Orçamentos e actualmente a elaborar um relatório sobre as finanças públicas na UEM em 2001. Para o eurodeputado, uma das grandes virtudes do PEC são as regras que procuram evitar que os descontrolos orçamentais de alguns países se repercutam noutros. No entanto, não faz sentido que o esforço de investimento em algumas áreas seja considerado no cálculo dos défices, havendo aqui uma linha em que o Pacto pode melhorar. É necessário haver regras claras sobre o método de cálculo dos défices e uma harmonização dos procedimentos de contabilidade pública.

## Quais as virtudes e os defeitos do PEC?

O Pacto de Estabilidade e Crescimento surge como uma necessidade absoluta e portanto como uma consequência da criação da União Monetária.

Trata-se, na prática, de evitar, através de regras disciplinadoras, que o descontrolo orçamental de alguns países, venha a repercutir-se negativamente sobre todos os outros, que acabariam por pagar "solidariamente" os seus efeitos nefastos.

Um crescimento económico sustentado, no espaço diversificado da actual União Monetária, exige políticas de moderação de preços e de consolidação financeira, que apenas um instrumento da natureza do actual PEC pode assegurar.

Esta é, pois, a sua principal e mais evidente virtude.

Os seus defeitos resultam, especialmente, da aplicação prática errada das regras decorrentes do PEC, que se tornou mais evidente nos últimos anos.

Só que pode dizer-se também que o defeito é menos da estrutura do PEC e mais do entendimento demasiado ortodoxo que tem sido feito sobre a sua aplicação.

## O crescendo de críticas por parte de políticos e economistas ao Pacto de Estabilidade e Crescimento não significa que existe uma excessiva subalternização do político relativamente ao económico?

Estou totalmente de acordo. O equilíbrio actual, no quadro do Tratado de Maastricht, para a chamada "policy-mix" assenta numa total independência da política monetária, conjugada com o reconhecimento do carácter descentralizado (portanto nacional) das políticas orçamental e fiscal. O adequado equilíbrio entre estas duas realidades, que de resto não é fácil, é que é a chave do sucesso do PEC.

Ora, sucede que a excessiva independência do Banco Central Europeu, responsável pela política monetária e, sobretudo a acentuação quase exclusiva do pilar de estabilidade dos



preços que o Banco Central vem defendendo, não tem sido a mais correcta.

Só que este estado das coisas é da responsabilidade dos Estados-membros, ou seja do domínio da política, que pouco tem avançado no caminho da coordenação das políticas económicas e, nomeadamente, das políticas fiscais (isto apesar das Grandes Orientações da Política Económica que são aprovadas regularmente.

## Jean-Paul Fitoussi disse recentemente no seminário internacional de economia, que decorreu em Lisboa, que o PEC é muito prejudicial à democracia. Concorda com esta opinião?

O economista Jean Paul Fitoussi é hoje um dos economistas mais ouvidos em França, onde o debate sobre o Pacto de Estabilidade está na ordem do dia, tem afirmado que este deve ser cumprido "com uma leitura prudente e flexível, sob pena de se estar a pôr em causa a competitividade das economias europeias face aos Estados Unidos".

Estando de acordo com este juízo, teria de contextualizar devidamente a declaração do economista que está na base vossa da pergunta.

Numa apreciação puramente formal não estou de acordo, com a afirmação citada porque como o próprio Fitoussi reconhece o mal não está tanto no Pacto, mas bastante mais na sua interpretação.

Acrece que o Pacto é um elemento essencial de defesa dos pequenos países, pois se a

disciplina financeira não for instituída na Europa, acabarão por ser as economias mais débeis a pagar a factura mais pesada.

## O PEC não funciona como um inibidor do crescimento económico, sobretudo em períodos de conjuntura desfavorável, por limitar o investimento público?

A aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento está, neste momento, a constituir um inibidor da recuperação económica da Europa, como, aliás, salienta adequadamente Jean-Paul Fitoussi.

Na ausência de regras claras sobre o método de cálculo dos défices, que trata da mesma forma a despesa corrente mais inconsequente e o investimento público mais reprodutivo, a inibição sobre o crescimento económico é evidente.

Não se trata de um pecado original do PEC, é sim, consequência da sua aplicação e, muito em particular, do clima de laxismo da Comissão que não assumiu, em período de crescimento económico, o necessário esforço de estabilizador e regulador da despesa pública.

## O PEC deve-se aplicar indiferentemente da conjuntura económica ser positiva ou desfavorável?

Como resulta das minhas respostas anteriores o PEC deve ser aplicado, independentemente da conjuntura económica.

Se for bem aplicado gerará os mecanismos adequados para as políticas anti-cíclicas indispensáveis ao progresso da economia

europeia. O drama actual é o de que, necessitando a Europa do uso dos estabilizadores automáticos e, nomeadamente, do reforço do investimento produtivo, tal lhe é impedido por uma política demasiado exigente que apenas olha para o cumprimento formal dos objectivos do Pacto.

## A meta do défice zero já foi 2001, depois passou para 2004 e agora foi de novo adiada para 2006. Como interpreta estes sucessivos adiamentos?

Essa era efectivamente a proposta da Comissão. Contudo, aparentemente, não foi exactamente o que foi decidido no último ECOFIN, realizado no dia 8, no Luxemburgo.

Penso, no entanto, que se trata de uma questão relativamente marginal.

O que está em causa não é o objectivo de cumprir um défice com um valor inferior a 3 por cento, (que é uma obrigação decorrente do Tratado da União) mas sim o de obter uma situação orçamental equilibrada ou mesmo excedentária num curto prazo de tempo o que não constitui nenhuma obrigação constitucional. O sucessivo alargamento dos prazos corresponde à fragilidade da actual situação económica europeia e, sobretudo, à impossibilidade de gerar e trabalhar com expectativas fiáveis para o futuro.

Não será, ainda seguramente, esta a última vez em que se assistirá a um adiamento.

## Seria desejável uma alteração das regras do PEC? Em que sentido e porquê?

Defendo que o Pacto de Estabilidade e Crescimento, como está elaborado, é correcto e, sobretudo, permite uma aplicação adequada das suas regras disciplinadoras, que seja amiga do crescimento económico e do desenvolvimento social.

O Pacto tem sido muitas vezes considerado como um elemento essencial da estratégia da União Europeia, aprovada em Lisboa. Ora sucede que essa estratégia é um caminho para o desenvolvimento e a modernização da economia europeia, assente num grande esforço de reformas e liberalizações, mas também no aumento significativo da qualidade da despesa pública.

Sendo necessário um grande esforço público no domínio da sociedade de conhecimento ou da promoção de políticas ambientais, que exigem investimentos, não tem sentido que as respectivas despesas sejam consideradas no cálculo dos défices.

É, pois, nesta linha que deve evoluir a melhoria da aplicação do Pacto, sem esquecer a necessária normalização e harmonização dos procedimentos de contabilidade pública, que permitam comparar as diversas situações orçamentais no espaço da União.

Finalmente, é indispensável que o défice relevante para efeitos de cumprimento do Pacto, seja o défice estrutural ou seja o défice público expurgado de variações cíclicas. P.P.

## PROJECTO DO PS

# DISCUSSÃO SOBRE O CRÉDITO À HABITAÇÃO IMPEDIDA POR MAIORIA DE DIREITA

**O projecto de lei do PS para a reposição do crédito bonificado à habitação esbarrou contra a força de bloqueio da maioria de direita, que acabou por impedir, ontem, a sua discussão no Parlamento.**

**PSD e CDS-PP tentam silenciar a oposição. Já não basta rejeitar as iniciativas que os opositores políticos apresentam e debatem democraticamente no hemiciclo de São Bento, agora ousam vedar agendamentos potestativos.**

Na sessão plenária da Assembleia da República, “laranjas” e “populares” fizeram aprovar um parecer que considerou inconstitucional o diploma apresentado pelos socialistas.

PS, PCP, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista “Os Verdes” votaram contra o



parecer proveniente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, após um duro debate entre as bancadas que apoiam o governo e as forças da oposição.

No final da discussão, o vice-presidente da bancada do PSD deixou a ideia de que o crédito bonificado à habitação não será reposto no Orçamento de Estado para 2003, após ter sido suspenso no Orçamento Rectificativo do corrente ano.

Para impedir a discussão do projecto do PS, tanto Marques Guedes, como o deputado do CDS-PP Nuno Melo (autor do parecer de inconstitucionalidade aprovado em comissão), alegaram que o diploma violava o direito de iniciativa exclusiva do Governo em matéria orçamental.

A resposta socialista foi dada por José Magalhães, que considerou que, na História do Parlamento, “esta foi a primeira vez que uma maioria impediu a discussão de um agendamento potestativo feito por uma bancada da oposição”.

“Com essa atitude, PSD e CDS-PP desautorizaram o presidente da Assembleia

da República, Mota Amaral (que admitiu a discussão do projecto dos socialistas) e mostraram que consideram satânica a discussão sobre crédito bonificado à habitação”, afirmou.

“Dizem que a norma que suspendeu o crédito bonificado à habitação tem um mero carácter suspensivo. Estão a brincar com a nossa paciência e a gozar com o povo português”, apontou ainda o vice-presidente da bancada socialista.

Depois do deputado do PS Vitalino Canas ter recusado a perspectiva de que a matéria relacionada com o crédito bonificado à habitação é da exclusiva responsabilidade do Executivo - uma vez que só de forma acidental constou no Orçamento Rectificativo de 2002 - , Magalhães alertou para as consequências da argumentação invocada por sociais-democratas e populares.

“Se assim fosse, os governos inscreveriam o código de trabalho, o código penal e todas as matérias na proposta orçamental e os deputados perderiam a totalidade do direito de iniciativa”, contrapôs.

## PROPOSTA DA “MARGEM ESQUERDA”

## DEVOLVER PODER DE DECISÃO ÀS BASES

Recorrer às bases socialistas sempre que estejam em causa candidatos a deputados ou a presidentes de câmara é a proposta da “Margem Esquerda” contida num projecto de revisão estatutária alternativo ao da direcção do PS.

Na data limite para a entrega de projectos de revisão dos estatutos, deram entrada oito propostas que serão discutidas no próximo Congresso do Partido Socialista: da direcção, da Federação da Área Urbana de Lisboa, da concelhia de Lisboa, da “Margem Esquerda”, duas de António Brotas (PS/Lisboa), de Ernesto Ribeiro da Silva (PS/Porto) e de Hélder Ferreira (PS/Cascais).

Segundo o deputado socialista Strecht Ribeiro, o grupo socialista “Margem Esquerda” pretende submeter ao voto das bases todos os candidatos do PS a órgãos electivos (lugares autárquicos, ou deputados), excepção feita aos candidatos a deputados, que fazem parte da quota pessoal do secretário-geral do partido e que representam 30 por cento do total.

Pela proposta do grupo “Margem Esquerda”, só não haverá eleições “primárias” na escolha dos candidatos a deputados, ou a presidentes de câmara, se a comissão política de federação conseguir avocar o processo, através de uma moção que terá de ter quatro quintos de votos favoráveis.

Nas assembleias gerais, terão direito a voto todos os militantes do respectivo distrito, mas também os simpatizantes (militantes não afiliados) e “eleitores declaradamente votantes no PS”.

“Entendemos que a democratização dos partidos é a pedra de toque da reforma do sistema política”, justificou o deputado socialista do Porto, para quem “importa devolver o poder de decisão às bases”.

Apesar de limitar a esfera de influência da direcção nacional na resolução de conflitos ao nível distrital, a proposta da Margem não mexe no actual poder da Comissão Política Nacional de escolher um terço do total de candidatos a deputados.

A proposta da “Margem Esquerda” reduz o número de membros dos órgãos nacionais do partido (Comissão Nacional com 180 efectivos, Comissão Política com 50 e Secretariado Nacional com 15) e limita a três o número de mandatos dos militantes em cargos executivos do partido.

No entanto, como sublinhou Strecht Ribeiro, no ponto da limitação de mandatos, o grupo não aplica qualquer retroactividade.

O clube de reflexão política do PS “Margem Esquerda” quer ainda reduzir os delegados inerentes ao congresso a cerca de 15 por cento.

## INTERNACIONAL SOCIALISTA EM ABIDJAN PARA APOIAR GBAGBO

O Comité/África da Internacional Socialista reúne sexta-feira, 18, em Abidjan, Costa do Marfim, com o objectivo de manifestar o seu apoio ao presidente democraticamente eleito, Laurent Gbagbo, e para apelar ao cessar-fogo e à reconciliação nacional.

O responsável pelas Relações Internacionais do PS, José Lamego, em representação do presidente da Internacional Socialista, António Guterres, chefiará a delegação, que é composta também pelo vice-presidente, Luís Ayala e por vários dirigentes socialistas de países europeus, nomeadamente antigos ministros responsáveis pelas relações com África.

## FRANÇA

## FEDERAÇÃO CONTESTA FALTA DE ENSINO DO PORTUGUÊS

A Federação do PS/França acusou o Governo de pôr em causa o ensino da língua e cultura portuguesa ao “anular intempestivamente os cursos, por adiamento do concurso de professores contratados e pelo corte drástico das horas de aulas fundamentais para responder minimamente às necessidades da comunidade”.

Num comunicado, a Federação afirma ainda que, “esta situação inquieta profundamente os pais dos alunos que reclamam justamente o direito que assiste a todo o cidadão: o acesso livre e efectivo da aprendizagem da língua portuguesa”.

Os socialistas franceses chamam ainda a atenção para a nova lei relativa ao Conselho das Comunidades, sob a tutela do secretário de Estado das Comunidades, quer “pela redução drástica da autonomia do conselho, quer como pela dificultação gravosa do seu funcionamento orgânico”. A questão das reformas dos ex-militares e ex-combatentes das colónias portuguesas também foi analisada pela Federação que considera “que a Comissão criada na Assembleia da República para estudar esta problemática, não sirva para acabar definitivamente com os direitos desses compatriotas”. Por último, o comunicado da Federação, expressa o seu apoio total à candidatura de Ferro Rodrigues ao cargo de secretário-geral no próximo Congresso Nacional.

ANTÓNIO FOLGADO

# PS DEVE APOSTAR AINDA MAIS NA FORMAÇÃO DE QUADROS AUTÁRQUICOS

Director-executivo da Fundação Antero de Quental, o camarada António Folgado sustenta que “o PS deve apostar ainda mais na formação de quadros autárquicos”, sublinhando que “um poder local forte permite suprir as carências do poder central”.

Secretário-coordenador e membro de vários Secretariados da Secção da Damaia durante as décadas de 70 e 80, o militante desta semana do “Acção Socialista” recorda com orgulho “as formas de trabalho originais” implementadas nesta estrutura, privilegiando nomeadamente o contacto directo com a população, a que não são alheios os “excelentes resultados eleitorais alcançados pelo PS na Damaia no conjunto do concelho da Amadora”.



Crítico permanente do Estado Novo, “enquanto cidadão atento à realidade nacional”, António Folgado decide inscrever-se no nosso partido dois anos após o 25 de Abril, porque “pensava - e penso - que era no PS onde se juntava gente de bem, progressista, dedicada ao bem comum, num projecto de justiça social e liberdade”.

Na Secção da Damaia, estrutura onde se inscreve, faz parte de vários Secretariados, alguns como secretário-coordenador, nas décadas de 70 e 80. “Foi uma experiência gratificante, porque estes anos pós-25 de Abril foram muito ricos a vários níveis. Foram tempos de grande militância, em que acolhíamos e seduzíamos as pessoas a inscrever-se no PS, de trabalho na rua em condições por vezes difíceis”, afirma.

No PS/Damaia, lembra, “implementámos então formas de trabalho originais para a época, privilegiando, nomeadamente, os mailings em caixas postais com as propostas do PS, aproximando o nosso partido da população”. Fruto deste trabalho, sublinha, “era na Damaia onde normalmente se registavam excelentes resultados para o PS no conjunto do concelho da Amadora”.

Candidato a deputado em várias eleições legislativas e membro do Secretariado da FAUL na década de 80, António Folgado, 60 anos, é actualmente director-executivo da Fundação Antero de Quental, presidida pela camarada Edite Estrela, função que diz desempenhar “com alegria”, uma vez que lhe permite “manter o contacto com os militantes que se dirigem à Fundação para actividade de

consultoria, adquirir a publicação “Cadernos Municipais” ou para colocar questões do âmbito autárquico, actividade que embora nunca tenha exercido, considero das mais nobres e gratificante que um cidadão pode exercer”.

“Um poder autárquico forte permite suprir as carências do poder central”, afirma, defendendo ainda que “o PS deve apostar ainda mais na formação dos quadros autárquicos” e “limitar os mandatos dos autarcas socialistas, de forma a permitir uma renovação de caras, métodos e projectos”.

Num balanço aos seis anos de governos socialistas, António Folgado começa por lembrar que o facto de o PS nunca ter estado em maioria, “limitou a implementação do seu projecto”, mas, apesar desta condicionante, “o nosso partido deve orgulhar-se da obra que deixou, sobretudo no campo social”. E, adianta, “ao contrário do que a direita anda a apregoar, foram também lançados projectos muito importantes nas áreas da saúde, educação, infra-estruturas e ambiente, que ficarão no futuro como uma marca positiva da nossa passagem pelo Governo”.

António Folgado lamenta, no entanto, “não termos conseguido implementar a regionalização e a despenalização da interrupção voluntária da gravidez”, que considera “duas importantes perdas para o País e para os portugueses”.

Quanto à liderança de Ferro Rodrigues, refere que deposita “as maiores esperanças nas suas qualidades, como a competência e capacidade de trabalho”.

Sobre o próximo Congresso Nacional, o militante desta semana do “Acção Socialista” afirma: “Nada é estático. Num partido, como noutras organizações, a dinâmica impõe constantes mutações que, não renegando os princípios fundamentais, podem contribuir para uma mudança para melhor.”

J. C. CASTELO BRANCO

## PREFERÊNCIAS

Político nacional  
**Mário Soares e Jorge Sampaio**

Político estrangeiro  
**Mikhail Gorbachov, “por tanto e apesar de tudo”, e Willy Brandt**

Livro  
**“Mensagem” e “O ano da morte de Ricardo Reis”**

Filme  
**“O mundo a seus pés”, “2001 - odisseia no espaço” e “Apocalipse now”**

Músico  
**Beatles, “sempre”**



## CONVENÇÃO EM DEBATE

# SOCIALISTAS APONTAM CAMINHOS PARA O FUTURO DA UNIÃO EUROPEIA



O continente europeu encontra-se numa encruzilhada com contornos que apenas se adivinham, mas que se sabe desde já estarem repletos de interrogações quanto ao futuro. O tiro de partida foi dado pelo presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, Carlos Lage, na abertura das jornadas de reflexão que juntaram nos Açores deputados socialistas do Parlamento Europeu, da Assembleia da República e das assembleias regionais dos Açores e da Madeira.

“Estamos num momento extraordinário da vida da Europa. E não devemos ter neste debate uma posição recuada nem de defesa”, disse Carlos Lage, para logo de seguida deixar as perguntas que os presentes problematizaram. “O que querem da Europa os portugueses?”, “Que contornos terá o futuro da União Europeia?”, “Que conteúdos terá a futura Constituição Europeia?”, “Como se posicionará a União face às grandes questões mundiais?”.

Seguindo uma tradição consistente de reflectir sobre as questões europeias, estas jornadas surgiram na sequência de outras já realizadas em Bruges e depois em Alcácer do Sal, particularmente dedicadas aos temas em

discussão na Convenção sobre o Futuro da Europa e às consequências do alargamento a dez novos países, já confirmados pela Comissão Europeia, a partir de 2004.

Luís Marinho, Sérgio Sousa Pinto, Jaime Gama, Alberto Costa e Guilherme de Oliveira Martins animaram a primeira parte das discussões, integralmente dedicadas à Convenção sobre o Futuro da Europa, onde pontuaram também os deputados João Cravinho, Manuel dos Santos e Vítor Ramalho.

Jaime Gama, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, enquadrou os problemas imediatos com que a União Europeia se confronta, não só os que decorrem do alargamento a dez novos membros, mas também os que se levantam com os três países que, para já, ficam de fora (Turquia, Roménia e Bulgária). Particularmente relevante, é o referendo ao Tratado de Nice na Irlanda, já no próximo fim-de-semana, e sem o qual não existirá alargamento. Se ganhar o “Não”, a União terá nas mãos um problema sério para resolver, já que não poderão ser adoptadas as necessárias modificações para que as instituições numa Europa alargada possam funcionar.

Alberto Costa, representante da Assembleia da República na Convenção, abordou as grandes questões que estão sobre a mesa, sublinhando a sua importância, particularmente a atribuição de uma personalidade jurídica à União Europeia, a integração da Carta dos Direitos Fundamentais na futura constituição, a reforma das instituições e o papel que no futuro os parlamentos nacionais poderão vir a ter no controlo do processo legislativo europeu.

“A Europa terá de ser feita com as duas legitimidades, a nacional e a europeia”, considerou Luís Marinho, que realçou a importância de, pela primeira vez neste século, estarem 28 Estados à volta da mesa a discutir o mesmo assunto, a “casa comum europeia”. Um dos resultados já visíveis desta Convenção é o consenso que deriva do facto dos deputados europeus terem aproximado as suas posições das dos seus congéneres dos parlamentos nacionais e estes se terem tornado mais europeístas. Daí haver já um acordo de princípio sobre a necessidade dos parlamentos nacionais passarem a ter uma palavra sobre a produção legislativa europeia. Guilherme d’Oliveira Martins considerou que um dos grande

problemas com que se defronta a União Europeia é o da sua visibilidade, e considerou importante que sejam ultrapassadas as dificuldades que tradicionalmente os parlamentos nacionais têm em acompanhar a vida comunitária. O ex-ministro referiu também que os socialistas portugueses na Convenção conseguiram introduzir como tema de debate a coesão social, que estará sobre a mesa quando for discutida a governação económica.

“Porque razão, subitamente, se discute uma Constituição para a Europa?”, interrogou-se o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto. Por duas razões. A primeira, porque faliram os instrumentos nacionais de condução de algumas políticas e porque há cada vez mais domínios em que se pede uma resposta comum: combate ao crime organizado, políticas de emigração e asilo, as políticas económicas e comerciais, o ambiente, entre outras. O eurodeputado criticou também aquilo que considerou ser um peso excessivo da influência inglesa no documento dos socialistas europeus, que em alguns pontos poderá constituir um obstáculo à expansão das áreas de intervenção da União.

P.P.

## IMPACTO DO ALARGAMENTO DISCUTIDO EM TRÊS PAINÉIS

O impacto do alargamento na economia portuguesa, na agricultura e pescas e nas regiões ultraperiféricas, foram os temas discutidos em três painéis, que tiveram como moderadores, respectivamente, Elisa Ferreira, Capoulas Santos e Fernando Lopes.

No painel que debateu a economia portuguesa, Manuel dos Santos, João Cravinho e Vítor Ramalho tomaram como ponto de partida tentar saber por que razão Portugal é pouco competitivo. Daí passou-se para a constatação de que o país sempre convergiu com a média comunitária e este ano começou a divergir, tendência que se manterá em 2003. As questões relativas à concorrência, competitividade do território, apoios comunitários, políticas de coesão e a qualificação dos recursos humanos foram algumas das questões que centraram as atenções. “Até 2003 temos de negociar o que queremos após o alargamento e concluir um conjunto de compromissos muito sólidos com os actuais 15 Estados-membros”, defendeu João Cravinho.

Capoulas Santos, que esteve rodeado pelos deputados Paulo Casaca e José Apolinário, disse haver consenso nas posições entre os deputados do Parlamento Europeu e da Assembleia da República na generalidade das matérias e na necessidade de denunciar frontalmente o populismo demagógico que o Governo vem assumindo ao recusar liminarmente a proposta de reforma da PAC. Os problemas da agricultura e as deficiências dos programas de apoio específico para as regiões insulares foram temas que suscitaram uma grande participação.

Duarte Caldeira e Dionísio de Sousa, deputados regionais da Madeira e dos Açores, abordaram as consequências do alargamento para as suas regiões. Se Duarte Caldeira mostrou preocupação por, com o alargamento, a Madeira perder elegibilidade no acesso aos fundos comunitários, já Dionísio de Sousa alertou para a continentalização da União Europeia, na medida em que agora apenas três Estados-membros não têm ilhas e, numa Europa a 25, esse número subirá para 12, o que fará diminuir a sensibilização para os problemas das ultraperiferias.



## CONVENÇÃO NÃO É EXERCÍCIO “PARA AQUECER”

Luís Marinho e Guilherme d’Oliveira Martins, criticaram a desvalorização que tem sido feita por Durão Barroso e pelo Governo relativamente aos trabalhos em curso na Convenção sobre o Futuro da Europa, os quais reúnem à volta da mesa 105 participantes, entre representantes dos parlamentos nacionais, do Parlamento Europeu, dos governos, dos países candidatos e da Comissão Europeia.

“A Convenção não é uma coisa para aquecer”, acusou Luís Marinho. “Além disso – considerou – nem sequer sabemos o que pensa o Governo, o que contrasta com as posições corajosas e as ideias que temos apresentado”. Na sua opinião, “se não ganharmos alguma coisa na Convenção, não será na Conferência Intergovernamental que ganharemos algo. A Convenção precisa de ser levada a sério”.

A estas críticas juntou-se Guilherme d’Oliveira Martins: “Dados os participantes e a natureza da discussão, esta Convenção não é um mero exercício para aquecer”, sublinhou.

NOS AÇORES

# FERRO RODRIGUES APRESENTA IDEIAS PARA A EUROPA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, escolheu os Açores para apresentar as suas ideias sobre o futuro da União Europeia, numa reunião que juntou as delegações parlamentares do PS no Parlamento Europeu, na Assembleia da República e nas assembleias regionais dos Açores e da Madeira.

Para Ferro Rodrigues, com o alargamento e a reforma das instituições, a União Europeia está perante uma realidade incontornável, que deve ser encarada como uma oportunidade única para o reforço das suas posições no plano político, diplomático, económico e militar. Tanto mais que esta discussão se desenrola num momento de tensão internacional.

Mostrou-se contra as derivas intergovernamentais e os "saltos no escuro", chamando a atenção para aquela que é uma das principais características do processo de construção europeia: a assumpção de compromissos entre os Estados. "A União tem sido construída com base em compromissos. São eles que têm permitido os avanços", afirmou, acrescentando que eles têm de ser desenvolvidos independentemente da origem ideológica dos governos. Ao contrário do que acontecia há poucos anos, a ideia de uma Constituição Europeia é hoje discutida sem qualquer preconceito, tornando-se possível e realista a sua adopção, entre outras coisas, porque entretanto a própria evolução das práticas e do debate europeu acabaram por ir naturalmente nesse sentido. "Esta é a prova



de que, aos poucos, com compromissos, a União vai avançando", disse. Neste contexto, considerou que talvez existam algumas vantagens na realização de um referendo, com uma pergunta constitucional. "Ainda é cedo, mas se calhar vale a pena começar a reflectir no referendo", considerou.

Defendeu uma Europa com mais competências, mas com o acréscimo adequado

dos meios financeiros, não só para as áreas agrícolas e as políticas estruturais, mas também para as funções de soberania e reforço das instituições. Esta é - afirmou - uma oportunidade para reforçar os poderes do Conselho, alargando as decisões por maioria qualificada, de forma a evitar a paralisação das instituições numa Europa a 25, da Comissão e Parlamento Europeu, generalizando os

processos de co-decisão. "Defendo uma União mais reforçada nas suas competências e mais transparente nos métodos de decisão", disse. Considerou ainda que a União tem de se reformar na busca de competências em áreas em que os Estados nacionais não as podem desempenhar eficazmente, como, por exemplo, na luta pela paz e no combate ao crime organizado.

"Defendo o princípio da igualdade entre Estados-membros e uma União de Estados e povos à escala do continente europeu", sublinhou.

No contexto económico, o secretário-geral do PS criticou o Governo, acusando-o de imobilidade na procura de parceiros dentro da União Europeia para alterar algumas regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, designadamente para que a despesa pública não tenha o mesmo tratamento da despesa corrente. Até porque - disse - "não se pode exigir o cumprimento do défice quando se permite a existência de paraísos fiscais na União".

Para Ferro Rodrigues, um dos pecados capitais do Governo tem sido a incapacidade para perceber que a consolidação das finanças públicas não se pode fazer sem estímulos à economia. Do mesmo modo que de pouco servem os fundos comunitários se depois não podem ser utilizados por falta de investimento público. P.P.



A reconstrução do novo espaço político europeu deve ser feita com base num modelo descentralizado, sem colocar os Estados contra as regiões, nem estas contra aqueles, nem desenvolver-se na ignorância das dimensões regionais europeias, considerou o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César. "A longinquidade e dimensão de uma pequena região ultraperiférica como os Açores, para além de exigir uma clara e proporcional

discriminação positiva, exige também um esforço muito dirigido à sua economia para lhe fazer chegar os efeitos dinâmicos de crescimento e das políticas à escala europeia e um apoio muito referenciado nos perfis da sua especialização produtiva e nas escassas áreas de diversificação da sua actividade económica", afirmou.

Carlos César considerou também que, apesar dos Açores estarem a crescer agora acima da

CARLOS CÉSAR

## UNIÃO ALARGADA TEM DE CONSIDERAR DIMENSÃO ULTRAPERIFÉRICA

média do País e de revelarem indicadores pujantes de recuperação, subsistem aspectos em que as omissões ou as decisões da União Europeia suscitam dificuldades ou não removem obstáculos. Estão nessa situação a protecção das produções tradicionais, do emprego e do desenvolvimento rural. "Sobram por isso problemas que devem ser ultrapassados, também com o empenho activo dos socialistas portugueses nas instâncias europeias, como os que se referem às quotas leiteiras, à produção de açúcar ou a vários aspectos na definição da política comum de pescas", considerou.

Por outro lado, na perspectiva dos socialistas europeus do Atlântico, o alargamento da União Europeia não corresponde apenas a um imperativo ético, mas também à formação de

uma Europa forte, cuja força, porém, dependerá de novos instrumentos de elaboração e coordenação políticas e de relações externas e segurança comum. "Neste último aspecto - disse -, construir uma capacidade europeia de defesa forte não pode ter como desígnio pôr em causa a existência da Aliança Atlântica, mas, pelo contrário, reafirmar a nossa comunhão dos valores democráticos ocidentais, que não dispensam o nosso esforço autónomo e que não prejudicam o envolvimento dos Estados Unidos na gestão da segurança europeia".

Por outro lado, não devemos cultivar uma atitude pueril no que toca à unificação política europeia - quer seja por via de um Tratado constitucional ou de uma Constituição da União Europeia - com o pretexto da diminuição dos poderes nacionais", disse.

DEBATE NO PORTO

# CARRILHO DEFENDE CONGRESSO DE MUDANÇA

Manuel Maria Carrilho defendeu que o próximo Congresso do PS se traduza numa "renovação, com a mudança de métodos, protagonistas e causas", salientando que o partido neste "novo ciclo" em que se encontra na oposição deve apostar em "falar a verdade, fazer a diferença e criar a esperança" junto da sociedade civil. Falando na semana passada num debate organizado pela Federação do Porto, perante largas dezenas de militantes, o antigo ministro da Cultura referiu que "o último congresso encerra uma lição para todos. Se as coisas que disse e que gostava de ter dito tivessem sido ouvidas, se calhar hoje não estaríamos na oposição", defendendo que a próxima reunião

magna esteja receptiva para ouvir "as correntes de inconformismo e ousadia". "Será um congresso para a religitação de Ferro Rodrigues à frente do PS, mas, ao mesmo tempo, poderá ser uma oportunidade para o partido se abrir à discussão das principais preocupações da sociedade civil", disse, acrescentando que o PS do século "deve ser mais aberto, mais responsável e mais inovador". Justificando a sua saída do Governo antes de terminar a legislatura, Carrilho afirmou que "quando se perde o programa não há afecto que valha, como aconteceu em 2000 com o PS", adiantando que detectou, nessa fase, a existência de um "ambiente de torpor".



FERNANDO GOMES ACUSA

# GOVERNO NÃO TEM ESTRATÉGIA NEM PROJECTO PARA O PORTO

O deputado socialista Fernando Gomes acusou o Governo de não ter uma ideia nova, uma estratégia ou um projecto mobilizador para o Norte e para o distrito do Porto, sublinhando que o PS "não tem alternativa" senão votar contra o Orçamento de Estado. "Este Orçamento não é emendável. Não acredito que, na especialidade, vá passar alguma proposta do PS", disse. Fernando Gomes, que falava no final de uma reunião da Federação do Porto, referiu que após consulta ao PIDDAC, comprovou que "não há uma nova ideia para o distrito, um investimento qualificado ou uma obra significativa". "O aumento de 15,8 por cento do PIDDAC do distrito do Porto é apenas e tão-só o resultado de obras anteriores lançadas pelo PS", salientou, acrescentando que "as obras novas

previstas são apenas 11 por cento do total, o que significa que, mesmo sem obras novas, o PIDDAC do distrito aumentaria 4,8 por cento". "O crescimento só é possível porque os governos socialistas apostaram no desenvolvimento da região Norte e no distrito do Porto", disse Gomes, referindo o Metro do Porto, a Capital Europeia da Cultura e os investimentos nos comboios suburbanos. "Fomos ver quais são as obras novas propostas pelo Governo para 2003 e deparamos com uma escolinha aqui, um centro paroquial acolá, um adro de igreja mais ali. Não há nenhuma obra significativa nova", disse. Como não há obras novas de vulto, Fernando Gomes conclui que "à medida que se forem executando as obras em curso o distrito do Porto verá decrescer fortemente o nível de investimento regionalizado".

# PS SATISFEITO COM ATRIBUIÇÃO DO NOBEL DA PAZ 2002

O Partido Socialista congratulou-se com a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao antigo Presidente dos Estados Unidos da América, Jimmy Carter. Num comunicado, o departamento internacional do PS recorda que o papel desempenhado por Jimmy Carter "em prol

dos direitos humanos foi da maior importância no combate a ditaduras de diversos tipos nos anos 70 e 80 e para a afirmação da causa das democracias a nível mundial, acrescentando que "em anos recentes, realizou também missões de mediação e de boa vontade".

Os socialistas acrescentam ainda que, "num momento em que se afirmam tendências para debilitar o papel das organizações multilaterais, a decisão de atribuir a Jimmy Carter o Prémio Nobel da Paz é uma decisão inteiramente justificada, com a qual o PS se congratula".





**Ao sacrificar tudo à consolidação orçamental, o Governo segue a via errada, porque está a inviabilizar o investimento e a contribuir para a redução do rendimento nacional. Já toda a gente percebeu que não é esse o caminho, só o primeiro-ministro e a ministra das Finanças não querem dar a mão à palmatória e emendar o rumo antes que seja demasiado tarde. Só por teimosia ou miopia política não enxergam o que está à vista de todos.**

Ele aí está o Orçamento do Estado (OE) para 2003. Que não agrada a ninguém (o que poderia ser um bom sinal, mas não é) pelas piores razões. Não é bom para os trabalhadores em geral, porque vão perder poder de compra. Prejudica as famílias porque, ao contrário do que o dr. Durão Barroso lhes prometeu em campanha eleitoral, vão pagar mais impostos. Sobrecarrega os pequenos e médios empresários, porque lhes vai aumentar a carga fiscal. Curiosamente e não por acaso, ao contrário do que está previsto para os grandes grupos económicos, a quem vão ser reduzidas as responsabilidades perante o fisco. Mas estes, para disfarçar, dizem que também não gostam do OE. Para enganar os incautos ou porque ainda lhes parece pouco.

O resultado da política fiscal vai ser este: para que 1500 bem instalados na vida paguem menos impostos, há cinco mil contribuintes que vão ser sacrificados e obrigados a pagar mais.

Com este OE – que sacrifica tudo ao grande objectivo (qual «designio nacional!») que é a redução do défice – o Governo consegue o feito extraordinário de, por causa dessa obsessão, lançar o país numa grave crise económica e, dizem os especialistas, não vai conseguir a redução pretendida. Ou seja, por causa do défice, coloca-nos num beco sem saída e, quanto ao défice, o mais certo é ficarmos na mesma.

Ao sacrificar tudo à consolidação orçamental, o Governo segue a via errada, porque está a inviabilizar o investimento e a contribuir para a redução do rendimento nacional. Já toda a gente percebeu que não é esse o caminho, só o primeiro-ministro e a ministra das Finanças não querem dar a mão à palmatória e emendar o rumo antes que seja demasiado tarde. Só por teimosia ou miopia política não enxergam o que está à vista de todos.

O Governo fala da necessidade de conter os gastos e da distribuição de sacrifícios. Concorde-se com o discurso, mas discorda-se da prática. A contenção deve ser alcançada à custa das despesas correntes, cortando no chamado desperdício, reduzindo o «monstro» de que falava o prof. Cavaco Silva. Ora, o que este OE propõe é o inverso. Aumenta a despesa corrente em 5,4 por cento e reduz a despesa de investimento em 1,3 por cento. O «monstro» cresce e o investimento enfraquece. Tudo ao contrário. Porque o investimento público é essencial para a modernização das infraestruturas e o crescimento económico do país e para estimular o investimento privado.

Não há dinheiro para melhorar os equipamentos e as infra-estruturas, mas há 75 milhões para «acalmar» o líder do PSD Madeira. Não há dinheiro para que os trabalhadores tenham direito ao trabalho (as previsões apontam para uma subida do desemprego acima dos 5 por cento), mas há dinheiro para esbanjar em gabinetes ministeriais. Não há dinheiro para as autarquias locais

**Se o ridículo matasse, alguns dos protagonistas da nossa praça estariam em sérias dificuldades, pelas situações caricatas e insustentáveis; pelo nível que imprimem aos debates políticos no Parlamento; pelo recurso à mentira e à falta de rigor para tentar atingir determinados objectivos e por tudo o que corresponde ao pântano político que se pretendeu evitar.**

Sim, não havia dúvidas, depois da acusação por interposta pessoa, nas fugas que caracterizam as reuniões do Conselho Nacional do PSD, o primeiro-ministro do alto da tribuna acusou o Partido Socialista de promover “terrorismo parlamentar”, aduzindo mais tarde trocadilhos sobre Bin Laden e uma eventual conversão ao escutismo. A mensagem era clara e inequívoca, o alerta vermelho soou nos computadores da Agência Nacional de Segurança (NSA), sem necessidade de recorrer a qualquer mecanismo do sistema Echelon. A palavra terrorismo projectou-se no espaço e atravessou as ondas do Oceano Atlântico, alojando-se nos serviços de informação dos Estados Unidos. Afinal, no país do aliado subserviente com um primeiro-ministro que disse sim antes de saber para quê, existia uma ameaça real, sob uma nova modalidade: “O terrorismo parlamentar”. Apesar do ruído ensurdecedor do friso ululante da bancada da maioria na tentativa de silenciar os partidos não integrantes da coligação governamental, o PS acusado de terrorismo teve oportunidade de exprimir os seus pontos de vista. Para Washington, após a palavra mágica – “terrorismo” – nada mais interessava, impunha-se que a Conselheira de Segurança Condolanza Rice soubesse toda a verdade: Saddam Hussein poderia não ser a única ameaça. Da boca do fiel amigo Barroso, tinha surgido a suspeita, em Portugal havia um Partido acusado de terrorismo. Os agentes da NSA não quiseram arriscar mais uma negligência. Depois de 11 de setembro, todos os sinais e informações deveriam ser reportadas ao Presidente George W. Bush ou, nas suas ausências do Rancho do Texas, aos seus conselheiros mais próximos. E assim aconteceu, na Casa Branca, em Washington o telefone tocou, tocou até que alguém atendeu. Collin Powell não queria acreditar, o país que exercia a presidência da Organização de Segurança e Cooperação Europeia albergava um grupo de terroristas. Só não compreendia a tipologia – “terrorismo parlamentar”, exclamou com admiração. Alertado o Presidente Bush, foram accionados os mecanismos de emergência. Alguém tinha de obter informações fidedignas, alguém tinha que falar com aquele jovem e brilhante líder que o visitara na Casa Branca, disponibilizando a Base das Lages para o plano de ataque ao terrorismo de Saddam. Bush pegou no telefone satélite e do rancho ligou a Durão Barroso.

Bush-Meu caro, estou solidário com a sua luta contra as forças do mal. Socialistas é assim que eles se chamam?

Barroso retorquiu: Presidente, não estou a perceber?

Bush: Sim temos informações de que está confrontado com o “terrorismo ....parlamentar !!! Mas afinal que terrorismo é esse?

Barroso: Ah, Senhor Presidente não se preocupe, foi uma força de expressão num debate parlamentar.

Bush: O quê ? Então não é grave?

## O ORÇAMENTO E O «MONSTRO»

aproveitarem os fundos comunitários e cumprirem as suas obrigações, mas há dinheiro para dispensar das suas obrigações fiscais os que não pagam impostos.

Em contrapartida, não se vislumbram medidas de combate à fraude e evasão fiscais, o meio mais correcto para arrecadar receita e promover a justiça entre os contribuintes. Mas não. Ao actualizar os escalões do IRS em 2 por cento (inferior à inflação prevista), o Governo está a provocar um agravamento da carga fiscal precisamente para aqueles que cumprem as obrigações. A sobrecarregar os mesmos de sempre. Os trabalhadores por conta de outrem e os contribuintes cumpridores.

Em síntese, sobem os impostos e as despesas correntes e desce o emprego e o investimento público. Este é o OE em que o que devia subir, desce, e o que devia descer, sobe.

Já é conhecido o argumento velho e relho da pesada herança socialista. Mas já não colhe a «história» mal contada do despesismo dos governos socialistas. Dá jeito ao Primeiro-ministro ter um bode expiatório. Com esse álibi vai escondendo a insuficiências próprias e a incompetência de alguns membros da equipa. Dizer mal de tudo o que os outros fizeram é «um defeito dos políticos que não sabem o que andam a fazer», já dizia um escritor inglês do séc. XV.



EDITE ESTRELA

## E O TELEFONE TOCOU EM WASHINGTON...

Barroso: Não, foi apenas para tentar condicionar a oposição, para os classificar com um rótulo que me sugeriram ser mediático.

Bush: É que, mesmo para mim, terrorismo significa “a prática de actos de violência, de atentados contra pessoas e bens executados por um movimento clandestino em luta contra o poder estabelecido. O terrorismo pretende gerar a insegurança e o medo”. Barroso: Não, senhor Presidente, não se preocupe, somos gente de rigor mas tanto também não. Afinal, connosco as promessas eleitorais como a baixa de impostos levam-nas o vento, sem ter de dizer: “Read my lips”. Sr. Presidente, do mesmo modo que alteramos décimas no défice do Orçamento de Estado, também utilizamos expressões para atacar os partidos da oposição. Em Portugal, como nos states, os fins podem justificar os meios. Não se preocupe estaremos sempre consigo, se tiver Falcon disponível posso pedir ao ministro dos Negócios Estrangeiros que vá a Washington explicar a situação. É que de C130 militar, nem pensar!

Bush: Ok! Adeus.

Se o ridículo matasse, alguns dos protagonistas da nossa praça estariam em sérias dificuldades, pelas situações caricatas e insustentáveis; pelo nível que imprimem aos debates políticos no Parlamento; pelo recurso à mentira e à falta de rigor para tentar atingir determinados objectivos e por tudo o que corresponde ao pântano político que se pretendeu evitar.



ANTÓNIO GALAMBA

PIDDAC/2003

# SOCIALISTAS LAMENTAM DESINVESTIMENTOS

**A deputada socialista Elisa Ferreira lamentou que os investimentos para o distrito de Braga desçam 28 por cento e que o Orçamento tenha como característica a quebra do investimento e o aumento de impostos sobre as pessoas e as empresas.**

A parlamentar socialista falava durante uma conferência de Imprensa para divulgar a posição dos socialistas sobre o Orçamento de Estado e, em particular, sobre o PIDDAC para o distrito.

Segundo Elisa Ferreira, "o investimento público vai diminuir 5,89 por cento em relação às estimativas de 2002, e o PIDDAC representará, em 2003, 4,6 por cento do PIB, enquanto em 2002 correspondia a 5,1 por cento.

Garantiu que se vai verificar um recuo de 30 por cento no financiamento comunitário, que desce para 199,5 milhões de euros, e lamentou que o "controlo do défice seja apresentado ao país como único objectivo e principal prioridade, relegando-se para plano secundário o desenvolvimento económico e a competitividade".

A deputada do PS acusou ainda o Governo de prosseguir uma política económica que levará o País a um processo de divergência com a média do crescimento dos países da União Europeia, salientando que a taxa de crescimento de 2002 será apenas de 30 por cento da média europeia.

## Promessas leva-as o vento

O presidente da Federação de Bragança do PS também já fez saber a sua opinião sobre o PIDDAC para 2003, criticando duramente o corte de quatro milhões de euros no investimento para esta região previsto na proposta do Governo de Orçamento de Estado para 2003. Mota Andrade afirmou em conferência de Imprensa que o PSD prometeu muita coisa para o distrito, dando como exemplos "a universidade, a sede do Instituto de Conservação da Natureza (ICN), a auto-estrada, as acessibilidades, e nada aparece no PIDDAC", Segundo o líder distrital do PS, o PIDDAC para o distrito de Bragança sofre um decréscimo de 16 por cento, o que equivale a um corte de 20 milhões de euros, passando de 125 milhões de euros no último ano de governação socialista, para 105 milhões de euros.

De acordo com Mota Andrade, o PIDDAC para Bragança é feito à base de obras já em execução ou lançadas pelo Governo socialista e "mesmo alguns destes projectos desaparecem, devido aos cortes".

O Parque Natural de Montesinho é a área protegida que sofre o maior corte de verbas,

com um orçamento que equivale a menos de metade do ano anterior, passando de dois milhões de euros para pouco mais de 760 mil euros.

Na opinião do dirigente socialista, este Orçamento prova que "o Governo não tem vontade de investir no distrito de Bragança, nem de cumprir as promessas feitas à região, como já o tinha demonstrado o primeiro-ministro", numa deslocação a Bragança.

Enquanto candidato, Durão Barroso prometeu a criação da Universidade de Bragança e quando se pensava que iria confirmar esta promessa, anunciou, no III Congresso de Trás-os-Montes, a implementação do ensino universitário até ao final da legislatura e de uma escola superior de saúde já no próximo ano.

A Federação Distrital do PS insurgiu-se ainda contra as transferências previstas para os municípios na proposta de Orçamento de Estado.

"Nos seis anos socialistas, os aumentos foram de 117 por cento, este ano é apenas de 3,4 por cento", declarou.

## Obras marcam passo

Para o presidente do Executivo socialista da Câmara de Valença, José Luís Serra, é "revoltante", a não inclusão no PIDDAC para 2003 de qualquer verba para a construção das novas instalações da escola superior do concelho.

"Havia 1,25 milhões de euros inscritos no PIDDAC anterior, mas essa verba foi pura e simplesmente varrida, não sabemos bem por que razões referiu José Luís Serra, dizendo que a justificação da contenção económica que o País atravessa "não colhe".

"Se essa fosse a justificação, o PIDDAC, da mesma forma que reserva 100 euros para o ensino pré-primário em Valença, também podia reservar igual montante para a escola superior, ao menos para deixar claro que esse dossiê não está esquecido", ironizou o autarca.

Entretanto, a Câmara já comprou, por 550 mil euros, o terreno necessário à implantação das novas instalações da escola, mas a confirmar-se a não inclusão de qualquer verba no PIDDAC vai obrigar a que as obras fiquem a marcar passo e a que a autarquia continue a pagar aquela renda.

"Esperamos que haja bom senso do Governo e



que a escola seja contemplada com as verbas de que necessita", apelou José Luís Serra.

## Violação da Lei da Finanças Locais

Para a Federação Distrital do PS/Leiria, as verbas do PIDDAC para 2003 representam um desinvestimento para o distrito, "com a saída de obras importantes como a Loja do Cidadão de Leiria, diversos postos e quartéis das forças de segurança, bem como o desaparecimento de diversos estabelecimentos de ensino", bem como, o adiamento e a desvalorização de infra-estruturas tão importantes como o Porto de Pesca e a Escola Superior de Peniche, a linha do Oeste, o IC36, o IC3, o IC8 e o IC).

Num comunicado, os socialistas leirienses também fizeram referências ao facto do OE/2003 "impor aos municípios crescimento zero no recurso ao crédito para o investimento que constitui "uma violação da Lei das Finanças Locais".

## Ourém sente-se despezada

A Concelhia do PS/Ourém contestou a proposta do PIDDAC para o concelho, que contempla

cerca de 280 mil euros para 2003.

No documento, os socialistas lamentam que "o Governo PSD tenha desprezado o concelho de Ourém, atribuindo-lhes verbas para o investimento público que são degradantes e profundamente aquém do que seria esperado".

A actuação da autarquia laranja também foi alvo de críticas por parte dos socialistas que consideram que "não tem dinâmica, não tem projectos credíveis, não tem PDM eficaz, não tem inovação e está ultrapassada e gasta há muito tempo".

Os socialistas referem ainda que "este verdadeiro ataque do PSD à população de Ourém não se justifica pelas crises que têm sido inventadas pelo Governo PSD para parar o País". Também a presidente do Executivo socialista da Câmara de Felgueiras lançou fortes críticas ao PIDDAC para 2003 em relação ao seu concelho.

De fora das previsões do Governo ficaram a conclusão da variante à EN101 e a construção do Palácio da Justiça. "O PIDDAC é uma profunda decepção", considera Fátima Felgueiras.

**O revisionismo, e a vontade transformadora que lhe está desde sempre implícita, assenta, não apenas na capacidade de encontrar novas respostas, mas, também, na capacidade de colocar novas questões.**

## CEM ANOS DE REVISIONISMO

Num artigo aqui publicado há quinze dias, o Filipe Nunes, ao justificar a sobrevivência política de Schroeder e Blair, e procurando reabilitar a muitas das vezes injustamente criticada acção de Blair à frente do Governo do Reino Unido, remeteu para meras especificidades nacionais as opções de política internacional destes dois sobreviventes da esquerda europeia. Para o Filipe, "O Governo de Blair tem sido única e exclusivamente avaliado à luz da sua política externa, que (...) continua a ser orientada por razões de Estado ou interesses nacionais, e não tanto por valores ideológicos ou mesmo por uma ideia de Europa. (...) No fundo, nas relações internacionais, a atitude de Schroeder é a atitude de um alemão; a posição de Blair é a posição de um inglês". Não há, porventura, nos nossos dias, ideia mais pernicioso para a redinamização da esquerda na Europa do que aceitar, como se de uma simples idiossincrasia se tratasse, a inexplicável posição do Governo inglês em questões internacionais e de forma particularmente intensa desde o 11 de Setembro. Se há razão para termos uma posição crítica em relação aos governos de Blair, é precisamente porque a sua política internacional ofusca e faz esquecer os muitos exemplos da sua acção positiva em termos internos.

Afinal, do mesmo modo que a grande transformação do capitalismo ocorreu com a emancipação das relações de poder e das relações económicas da esfera do agregado doméstico e da família, a grande transformação dos nossos dias prende-se com a emancipação das formas de poder do Estado-nação. Este fenómeno é tanto mais grave quanto, simultaneamente, o essencial da política continua ao nível nacional. Como tal, não há razões de Estado ou interesses nacionais que legitimem acções no plano internacional desideologizadas. O essencial dos jogos de poder está hoje para além da esfera de cada Estado e aceitar como menor a sua dimensão ideológica é contribuir para a reprodução de um quadro de relações internacionais em que a violência e a arbitrariedade continuam a ser os principais traços definidores.

Aceitar como uma fatalidade étnico-nacionalista as opções de política internacional do Governo britânico, resultante do folclore belicista que caracterizaria os súbditos de sua Majestade, é deitar de uma assentada para o caixote de lixo toda a vontade da esquerda em se repensar e enfrentar consequentemente as novas questões que se lhe colocam. O revisionismo, e a vontade transformadora que lhe está desde sempre implícita, assenta, não apenas na capacidade de encontrar novas respostas, mas, também, na capacidade de colocar novas questões. Não aceitar que a renovação da acção da esquerda revisionista assenta, hoje, na sua capacidade de encontrar formas de acção conjunta para além das fronteiras nacionais e aceitar como suficiente a prática, com maior ou menor eficácia, do binómio coesão/competitividade em cada país, é pura e simplesmente abdicar de grande parte do património transformador de que somos herdeiros e não responder às ambições sociais a que estamos historicamente obrigados.

Numa metáfora de um simplismo pouco frequente no autor, mas, talvez por isso, reveladora, Kant escreveu que todos os homens vivem num círculo e por mais que procurem afastar-se, aproximam-se sempre. Esta noção de partilha, a consciência de que ou vivemos juntos ou morremos juntos, de que não há meio termo, é, depois do 11 de Setembro, particularmente intensa. A partilha de vulnerabilidades, do risco, da insegurança e da incerteza são as principais lições dos bárbaros atentados do ano passado, mas, também, dos recentes atentados em Bali. Nada é como dantes e não vale a pena continuar a raciocinar como se o mundo não tivesse mudado. Não temos hoje soluções locais para problemas globais e estamos, por isso, condenados a entender-mo-nos. Quanto mais cedo o fizermos, melhor. E é bom que nos entendamos no quadro das referências fundadoras do centro-esquerda: da solidariedade, da fraternidade e da liberdade.

Ler o mundo de hoje como inglês ou como alemão, não significa apenas ser inglês ou alemão. É mesmo uma estupidez e um passo errado para a construção de um mundo mais justo. Como sabemos depois de perto de cem anos de social-democracia, o pensamento revisionista serve apenas a transformação social e é essa vontade transformadora que deve imperar na redefinição de novos caminhos para a esquerda. Para tal, precisamos de nos entender quanto às questões que nos colocamos e quanto ao modo como olhamos para o mundo. De pouco nos serve olhar e tratar apenas do nosso quintal. Enquanto não aceitarmos colectivamente isto, estamos só a fazer uma de duas coisas. Se formos de direita a amplificar os problemas com detonadores populistas ou a fingir que eles não existem recorrendo a discursos passadistas. Se formos de esquerda, apenas a aplicar paliativos. A nossa ambição tem de ser outra, é essa a responsabilidade que resulta de cem anos a rever, sem dogmas, o socialismo. O contributo do senhor Blair para esse caminho é neste domínio, claramente, nefasto e prejudica toda a sua acção positiva.

**P.S.** - Bagão Félix, num artigo tristemente patético ou pateticamente triste, fica a dúvida, publicado no "Expresso" do passado sábado, expôs ao país o seu pensamento "profundo" sobre o espírito, o trabalho e a família, baseado nuns quantos dizeres do novo Santo, Josemaria Escrivá. O artigo, próximo de um manual de auto-ajuda à venda em qualquer Loja Extra, mas numa versão miguelista e ultramontana, parece fazer parte de uma tendência para o ensandecimento colectivo que anda por aí. As crianças do dr. Santana a cantarem o hino da restauração no 5 de Outubro (não haverá ninguém disposto a voltar à velha tradição das bengaladas!) são apenas a outra face da mesmíssima moeda. É tudo estranho, demasiado estranho.



**PEDRO ADÃO E SILVA**

# XIII Congresso Nacional

15, 16 e 17 de Novembro  
Coliseu dos Recreios - Lisboa



# A SEMANA PREVISTA

Ferro Rodrigues desloca-se hoje ao concelho de Cabeceiras de Basto no âmbito do Dia Internacional da Erradicação da Pobreza. O secretário-geral visitará uma habitação recuperada pertencente a uma família carenciada e beneficiária do RMG.

O secretário-geral reúne-se hoje, no hotel Altis, em Lisboa, com os militantes da FAUL para fazer a apresentação da moção global "Fazer bem pelo futuro" que inclui a proposta de alteração dos estatutos e Declaração de Princípios, que levará ao próximo Congresso Nacional.

No âmbito da apresentação da sua moção ao Congresso, Ferro Rodrigues estará no dia 21 em Castelo Branco, 22 em Évora, 23 em Setúbal e no dia 24 em Faro. Entretanto, encontram-se em preparação as restantes deslocações.

A comissão instaladora da Secção do PS/Lapa promove hoje um debate na sede nacional sobre a Declaração de Princípios e Alteração de Estatutos, com a participação de Augusto Santos Silva e Alberto Martins.

A Juventude Socialista de Lisboa realiza hoje um debate/conferência sobre o anteprojecto do Código do Trabalho, na sede da FAUL.

A Secção do PS/Bairro Alto promove no sábado um debate sobre a Declaração de Princípios e Alteração de Estatutos, que conta com a participação de Augusto Santos Silva.

Decorre nos dias 19 e 20 o Congresso do PS/Madeira.

António Costa preside ao encerramento da Convenção Autárquica Concelhia do PS/Sintra, que tem lugar dia 19.

A Concelhia do PS/Lisboa tem previsto para o próximo dia 23 um debate subordinado ao tema "Que políticas para as cidades?".

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista  
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo  
1400-091 Lisboa

**Assinaturas**

**12 meses**

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados

## ACÇÃO SOCIALISTA

### INFORMAÇÕES ÚTEIS

#### FEDERAÇÕES DO PS

##### AVEIRO

Rua Dr. Barbosa de Magalhães, 12/13  
3880-154 Aveiro  
Tel: 234421277

##### BAIXO ALENTEJO

Rua Dr. Manuel de Arriaga, 42  
7800-178 Beja  
Tel: 284323447

##### BRAGA

Av. Padre Júlio Fragata, 112 - 1º  
4710-413 Braga  
Tel: 253217636

##### BRAGANÇA

Av. Sá Carneiro - Ed. Translade, Lt C  
5301-191 Bragança  
Tel: 273324220

##### CASTELO BRANCO

Quinta Amieiro de Baixo, Lt 8 - 3º Esq.  
6000-129 Castelo Branco  
Tel: 272344459

##### COIMBRA

Rua Oliveira de Matos, 21  
3000-305 Coimbra  
Tel: 239823911

##### ÉVORA

Travessa da Alegria, 2  
7000-942 Évora  
Tel: 266702272



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director António José Seguro

Director-adjunto Silvano Gomes da Silva  
silvanogomes@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro José Manuel Viegas

Grafismo Miguel Andrade

Redacção J.C. Castelo Branco  
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues  
maryr@partido-socialista.pt  
Paulo Pisco

Secretariado Sandra Anjos  
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica Francisco Sandoval  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica Joaquim Soares  
José Raimundo  
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao

E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400-091 Lisboa  
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa